

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**Clara Teixeira Ferrari**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: OLHARES GEOGRÁFICOS PARA A**  
**CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES ALTERNATIVAS**

**Um estudo a partir do Território Rural da Serra do Brigadeiro**

Viçosa

2008

**Clara Teixeira Ferrari**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: OLHARES GEOGRÁFICOS PARA A  
CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES ALTERNATIVAS**

Um estudo a partir do Território Rural da Serra do Brigadeiro

Monografia apresentada ao Curso de Geografia  
da Universidade Federal de Viçosa como pré-  
requisito para obtenção do título de bacharel  
em Geografia

Orientador: Prof. Klemens Laschefski

Co-Orientador: Prof. Marcelo Miná Dias

Viçosa

2008

**Clara Teixeira Ferrari**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: OLHARES GEOGRÁFICOS PARA A  
CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES ALTERNATIVAS**

Um estudo a partir do Território Rural da Serra do Brigadeiro

Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como pré-requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

A banca examinadora é composta:

Prof. Klemens Laschefski (Orientador)  
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Eduardo José Pereira Maia  
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Willer Araujo Barbosa  
Universidade Federal de Viçosa

Viçosa  
27/ 11 / 2008

Aos colegas, amigos e amigas de caminhadas geográficas...

Àqueles que pesquisam para que a ação seja transformadora, libertadora...

Agradeço ao Ferrari e à Cacá que, além de pai e mãe, sem iguais, são amigo e amiga, companheiro e companheira, mestres... Exemplo e inspiração... Obrigada pelo apoio, pela força e pela confiança... À Mai, ao Rô e ao Lucas. Alegria, companheirismo, muita música e amor... Ao Tuca e ao Heitor, carinho de irmãos. À Ângela que alimenta nossos sonhos...

Ao Godi, companheiro. Dividindo as agonias, celebrando as alegrias...

Aos queridos amigos e às queridas amigas dessa caminhada. Cumadi Bell, Cumpadi Guilhermino, linda Lua... Lucas, Aline, Bruno, Denaise, Vanessa, Daniel... Cami, Letícia, Patrício, Ana, Maria... Favela, Alê, Sandrinha, Torhei... Companheiros de vivências, amigos do coração: Alair, Marcinho, Fabrício...

Ao querido amigo e professor Dudu, pelas contribuições e por estar sempre do meu lado.

Igualmente ao Willer, sempre trazendo novos olhares... E inquietações...

Agradeço imensamente ao Klemens, por se envolver neste trabalho, por me ajudar a interpretar e a dar sentido às idéias. Pela alegria, tranqüilidade e segurança...

Ao Marcelo, que desde o início me incentivou e ajudou nesta construção.

A todos e todas que contribuíram para a realização deste trabalho, com conversas, questionamentos, materiais... Glauco, Elisa, Marcelo, Paulinho, Seu Neném... Obrigada!

“Tecer e ter nas mãos o fio, o desafio.  
Fio condutor da história.  
História que muito adormeceu a memória.  
Fio que passa, perpassa, vai construindo a rede.  
Passo a passo, formando laços, tecendo sonhos”.

Amauri Adolfo

## RESUMO

A idéia de desenvolvimento a partir de territórios vem suscitando inúmeros debates teóricos e sendo incluída no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento no Brasil. A teoria do desenvolvimento territorial inclui uma série de idéias tais como a de territórios de identidades, participação, gestão social, governança e democracia. A sua prática envolve uma complexidade de articulações e a construção de novas formas de organizar o espaço geográfico, que muitas vezes entram em conflito com outras territorialidades. No Território Rural da Serra do Brigadeiro é possível identificar alguns destes conflitos e, assim, alguns desafios que se colocam ao processo de desenvolvimento neste Território Rural, a exemplo da maior participação dos agricultores e das agricultoras familiares nos processos de gestão territorial, e do melhor diálogo entre atores e grupos sociais locais, especialmente entre sociedade civil e poder público. A partir destes desafios, evidenciam-se algumas necessidades, como a de criação de espaços discussão e construção de novos conhecimentos entre atores e grupos sociais, o que pode possibilitar o entendimento e a reflexão crítica a respeito das políticas públicas e das concepções teóricas que buscam compreender o espaço rural como algo dinâmico, que vem sofrendo transformações importantes e sendo percebido e incluído dentro de novas estratégias de desenvolvimento, de organização e construção – contínua – do espaço, que passam pela constituição de redes sociais e pelo entendimento dos contextos locais, regionais e global em que estas iniciativas se inserem.

## Sumário

A pesquisa .....	1
1- Territórios Rurais: novas territorialidades nos tempos da globalização .....	3
2- Territórios e desenvolvimento .....	15
3- Território do Parque e Território Rural da Serra do Brigadeiro .....	21
4- Colegiado de Desenvolvimento territorial e participação social .....	36
4.1- O desafio da participação dos agricultores e agricultoras familiares .....	47
4.2- O desafio da interação entre poder público e sociedade civil .....	55
5- As redes no Território da Serra do Brigadeiro .....	67
6- Considerações Finais... ..	73
7- Bibliografia .....	78
8- Anexos .....	85



## **Lista de Siglas**

AEFA – Associação Escola Família Agrícola  
ARTR – Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata  
CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CEIFAR – Centro de Estudo Integração e Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata  
CEPEC – Centro de Pesquisa e Promoção Cultural  
CIAT – Comissão de Implementação das Ações Territoriais  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CODETER – Colegiado de Desenvolvimento Territorial  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CTA-ZM – Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata  
DRP – Diagnóstico Rural/Rápido Participativo  
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
IEF – Instituto Estadual de Floresta  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
ONG – Organização Não-Governamental  
PESB – Parque Estadual da Serra do Brigadeiro  
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais  
PST – Plano Safra Territorial  
PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável  
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
TSB – Território da Serra do Brigadeiro  
UC – Unidade de Conservação  
UFV – Universidade Federal de Viçosa

## **A pesquisa...**

Este trabalho é o resultado de investigações e reflexões acerca da operacionalização da política de desenvolvimento territorial, constituída recentemente no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil, tendo em vista a importância de compreender as relações de poder e os conflitos territoriais existentes dentro dos Territórios Rurais instituídos, para que seja possível repensar estratégias de gestão e até mesmo de atuação das políticas governamentais.

A partir de um intenso levantamento bibliográfico e documental sobre o tema e sobre a política institucional de desenvolvimento territorial, tendo como referência um estudo de caso do Território Rural da Serra do Brigadeiro, propomos com este trabalho compreender as principais dificuldades encontradas no processo de gestão territorial, chamando a atenção para a coexistência de diferentes territorialidades. Propomos uma investigação sob um olhar geográfico, trazendo à luz da temática do desenvolvimento territorial as contribuições da Geografia na compreensão das novas dinâmicas socioespaciais presentes nos territórios.

Este trabalho será organizado em seis capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Territórios Rurais: novas territorialidades dos tempos da globalização*”, faremos uma discussão sobre a instituição de Territórios no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural do Brasil, problematizando alguns conceitos, abordagens e práticas institucionais e estabelecendo uma relação com o contexto de globalização em que as experiências territoriais se inserem. No segundo capítulo abordaremos os conceitos de território e de desenvolvimento apresentando as concepções que deram suporte teórico a esta pesquisa e introduzindo algumas reflexões sobre o caso do Território da Serra do Brigadeiro. No terceiro capítulo, “*Território do Parque e Território Rural da Serra do Brigadeiro*”, faremos uma contextualização da

criação deste Território Rural relacionando ao contexto de articulação social e política já existente na região, sobre o qual enfatizamos o processo de territorialização e des-territorialização que envolve a criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

No quarto capítulo nos atermos mais à análise do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro principalmente no que tange às questões relativas à participação dos atores sociais na gestão do território. Neste momento também trataremos, ainda que superficialmente, sobre o perfil dos municípios que compõem o território, indicando como suas características de alguma forma podem interferir na gestão deste território. Ainda neste capítulo destacamos, nos itens 4.1 e 4.2 dois desafios encontrados na gestão do território e que pareceram bem nítidos no decorrer da pesquisa. Em primeiro lugar, o desafio da participação dos agricultores e agricultoras familiares no território, incluindo a dificuldade de envolvimento nos processos de gestão e a dificuldade de fazer com que as ações atinjam e promovam transformações na vida destas famílias. Posteriormente, o desafio da interação entre poder público e sociedade civil, destacando os conflitos entre as diferentes territorialidades presentes dentro deste Território Rural.

No penúltimo capítulo, discutiremos a importância das redes sociais na construção e no desenvolvimento de territórios, chamando a atenção para algumas redes que puderam ser identificadas no Território da Serra do Brigadeiro, mesmo sendo anteriores à criação deste. Por fim, nas considerações finais, buscamos reafirmar algumas das conclusões que elaboramos ao longo do trabalho, sem encerrar o debate necessário sobre estas questões. Ao contrário, buscando contribuir para a realização de outros estudos, pesquisas e práticas, que se desenvolvam no sentido da busca por ações que sejam transformadoras e, em sua essência, libertadoras.

## 1-Territórios Rurais: novas territorialidades nos tempos da globalização

Acredita-se, nos dias atuais, que o mundo tenha se tornado pequeno: as distâncias diminuíram, a comunicação alcançou a escala global, eventos específicos são presenciados ao mesmo tempo em diferentes partes do mundo e, afirma-se, já não existem fronteiras, tudo é global. Essa forma de compreensão do atual momento de globalização traz as idéias de aldeia global, de espaço e tempo contraídos, de desaparecimento do Estado e de desterritorialização da humanidade, idéias que, para Milton Santos (2004), demonstram-se fabulações, que sustentam um pensamento único sobre a atual forma de organização mundial, a qual compreende a lógica da financeirização e da internacionalização do capital. Apresenta, assim, a *globalização como fábula: “o mundo tal como nos fazem ver”* (SANTOS, 2004, p.18) e argumenta:

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal (SANTOS, 2004, p.19)

Este mesmo autor apresenta também a *globalização como perversidade: “o mundo como é”* (SANTOS, 2004, p.19), evidenciando a emergência da “tirania” do dinheiro e da informação na base de um sistema ideológico que legitima muitas das ações hegemônicas e influencia nas relações sociais e culturais. A violência do dinheiro e da informação leva, ainda, segundo o autor, “*ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base dos novos totalitarismos – isto é dos globalitarismos – a que estamos assistindo*” (SANTOS, 2004, p.38).

Por fim, Milton Santos apresenta a *globalização como possibilidade*: “o mundo como *pode ser*” (SANTOS, 2004, p.20). Segundo este autor há uma transição em marcha e a emergência de uma *cultura popular* coloca-se no centro desta transformação, contrapondo-se à *cultura de massas*, apropriando das técnicas até então utilizadas predominantemente por atores hegemônicos e afirmando a escala local, o *lugar*, como o espaço da cidadania. Trata-se, segundo o autor, de “*uma construção de baixo para cima cujo ponto central é a existência de individualidades fortes e das garantias jurídicas correspondentes. A base geográfica desta construção será o lugar, considerado como espaço de exercício de existência plena*” (SANTOS, 2004, p. 114). É também pensando nesta globalização como possibilidade que buscamos, ao longo deste texto, contribuir para reflexões sobre as idéias de *Territórios Alternativos*, ou *alter-nativos*<sup>1</sup>.

De fato a globalização põe em evidência um novo paradigma de desenvolvimento (BUARQUE, 2002) que tem como centro as novas tecnologias, os avanços da ciência e da informação, em um período que Milton Santos e María Laura Silveira (2001) denominam de técnico-científico-informacional. Vivem-se nesse período a expressiva integração financeira entre mercados, a formação de grandes blocos econômicos e o surgimento de uma economia mundial, em um movimento que tende a gerar certa uniformização nos estilos de desenvolvimento. Neste contexto as fronteiras deixam de existir, em certa medida, para a circulação de produtos e capitais. E o Estado, segundo Santos (2004), tem o seu papel re-significado: reduz sua função política e torna-se regulador de ações no território nacional,

---

<sup>1</sup> Chamamos a atenção aqui para o sentido “alternativo” não simplesmente como uma outra possibilidade dentro de dada realidade, mas como algo que é local, das pessoas, dos movimentos e, portanto nativo, mas não são os mesmos nativos desde sua origem. São dinâmicos, transformam-se, hibridizam-se. São, portanto, um outro – *alter* – nativo. Esta denominação chama a atenção também para a importância do reconhecimento étnico dos povos que vivem e interagem na região da Serra do Brigadeiro (comunicação pessoal de Willer, representante da UFV no CODETER, 2008).

atendendo às demandas do mercado financeiro internacional. Em meio à globalização *hegemônica* (FLORES, 2003) ou, como sugere Guimarães (2003), *corporativa*, perde-se um pouco do sentido político na vida social e a economia e a cultura parecem ter sido mundializadas. Nesse sentido cria-se uma idéia de desterritorialização.

Ao mesmo tempo ganham destaque as diversidades, as particularidades, os processos locais de desenvolvimento e as estratégias de territorialização. Crescem as iniciativas de Estados para instituição de territórios como *lócus* para intervenções de desenvolvimento. Surgem também movimentos de resistência, que buscam resgatar o sentido de “lugar” e de “comunidade”, num processo contra-hegemônico de localização e reterritorialização, ou como acrescenta Haesbaert (2002), de constante *des-reterritorialização*. No entanto, o que parece ser uma contradição, colocando em lados opostos globalização e localização, acaba se tornando importante estratégia de produção e comercialização, projetando-se a cultura como diferencial, aliada às vantagens competitivas e aos acessos a outros mercados. É nesse sentido que Sérgio Buarque afirma: “*globalização e desenvolvimento local não são alternativas opostas e excludentes. Na realidade, constituem dois pólos de um mesmo processo complexo e contraditório*” (BUARQUE, 2002).

Mesmo entendendo localização e globalização como parte de um mesmo processo é possível reconhecer a abordagem territorial do desenvolvimento como uma nova forma de mobilização e ação que incorpora as noções de autonomia e de liberdade, que resgata princípios éticos, de igualdade de oportunidades e de sustentabilidade ambiental (ZAPATA, 2007). Dessa forma, a instituição de territórios aliada à construção de *territórios alternativos* (HAESBAERT, 2002), pode representar um movimento contra-hegemônico que se contrapõe à tendência homogeneizadora dos espaços e formas de organização socioespacial. E assim,

abre caminhos para que a abordagem territorial do desenvolvimento venha à tona, constituindo uma temática de relevância entre pesquisadores, cientistas e gestores públicos; no âmbito das discussões, reflexões e práticas de desenvolvimento endógeno, local e sustentável em todo o mundo.

Construir um desenvolvimento territorial relacionado ao contexto global, no sentido de “pensar globalmente e agir localmente”, é também uma estratégia para construir uma outra forma de globalização, na qual o desenvolvimento tenha capacidade para interferir com mudanças no caráter e na qualidade das relações sociais, culturais e políticas e nos princípios da sustentabilidade. O território, assim, como argumenta Veiga (2006), vem se colocando no domínio da ação pública e sendo compreendido como ator de um esforço de desenvolvimento, teoricamente construído em uma lógica de coesão social, de participação em meio a conflitos, de cooperação e concorrência e de interação entre conhecimento local e científico.

As políticas de desenvolvimento rural no Brasil, na última década, parecem ter incorporado esses debates. Diante disso, grande parte destas políticas passou a ser realizada sob o enfoque territorial, levando à criação, na última década e em diferentes estados e regiões do país, de 160 Territórios Rurais e, em 2008, de 60 Territórios da Cidadania, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), criada em 2003 como uma repartição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A escolha da escala e do conceito territorial é justificada oficialmente por envolver o espaço rural para além da perspectiva setorial, neste caso, agrícola; por tratar-se de uma escala de ação local e, no entanto, mais abrangente do que um município; por ir de acordo com o movimento atual de descentralização política; e por possibilitar o envolvimento de diferentes atores sociais “*reunindo interesses complementares*” (BRASIL/MDA/SDT, 2005b, p. 8) e

permitir a articulação entre iniciativas públicas e privadas, políticas sociais e produtivas e instrumentos internos e externos, aproveitando a proximidade social e o sentimento de identificação e pertencimento cultural como elementos que reforçam a solidariedade, a cooperação e a coesão social e territorial, considerados alicerces para a mobilização das redes sociais em torno de um esforço de desenvolvimento sustentável (BRASIL/MDA/SDT, 2005b).

As políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, entretanto, não demonstram, na prática, uma clara ruptura com as políticas setoriais de desenvolvimento, o que já vinha sendo alertado por Abramovay e Beduschi Filho (2004) a respeito dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Segundo os autores a ótica destes conselhos “*tende a ser estritamente setorial*” (ABRAMOVAY; BEDUSCHI FILHO, 2004, p 60), uma vez que deste só participam associações de agricultores e segmentos ligados a eles.

A reunião de “interesses complementares” também é muito questionada, uma vez que em um território se reúnem grupos diferentes, constituindo espaços permeados por complexas relações sociais de poder, onde existem forças sociais diversas e interesses muitas vezes divergentes.

Promover a implementação e integração de políticas públicas, visando, sobretudo, à melhoria na qualidade de vida das populações e à redução das desigualdades regionais, assim como articular, promover e apoiar a organização e o fortalecimento institucional de atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável de territórios rurais, são apontados pela SDT/MDA como objetivos da política de desenvolvimento territorial. Contudo, o que autores, como Coelho et al (2006) e Côrtes (2005), têm argumentado, é que a participação e a governança, representam ainda enorme desafio para grande parte dos fóruns



que buscam a mobilização e o envolvimento das populações locais nos processos de reflexão e de tomada de decisão.

Os territórios rurais no Brasil são criados de acordo com alguns critérios como: concentração de agricultores familiares<sup>2</sup>, de famílias assentadas por programas de reforma agrária e de famílias de trabalhadores rurais sem terra, mobilizados ou não; densidade e atividade de capital social existente nos territórios rurais; convergência de interesses institucionais e de participação da sociedade civil e governos estaduais; existência de áreas prioritárias de ação do Governo Federal nos estados; incidência de programas, projetos e planos de desenvolvimento de caráter regional e outros critérios dialogados com os governos estaduais e a sociedade civil local. Para a SDT/MDA esses critérios indicam relevância e viabilidade para o apoio na promoção do desenvolvimento sustentável, uma vez que se busca chegar às regiões com indicadores sócio-econômicos mais precários e valorizar iniciativas anteriores, aumentando a eficácia dos recursos investidos.

Fica nítida a importância dada, no âmbito destas políticas, a ações de fortalecimento do capital social, visando à gestão social e ao empoderamento – conceitos amplamente utilizados pelos atores desta política de desenvolvimento – fomentando processos de concertação social e de construção de novas institucionalidades.

No entendimento de Fukuyama (2002), o capital social pode ser entendido como “*o conjunto de valores ou normas informais partilhadas por membros de grupo que lhes permite*

---

<sup>2</sup> Agricultores Familiares são reconhecidos oficialmente como aqueles que praticam atividades no meio rural, sem deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família; tendo renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirigindo-o com sua família (BRASIL, 2006).

*cooperar entre si*” (FUKUYAMA, 2002 apud DIAS, 2006, p.15). São relações que se estabelecem com o fim de produzir bens coletivos (D’ARAÚJO, 2003 apud DIAS, 2006, p15), tendo como base a confiança, a reciprocidade e a cooperação e, ao mesmo tempo, podendo ser geradoras de processos que conduzem a esses tipos de convivência. A SDT/MDA classifica três tipos de capital social que podem existir e que devem ser mobilizados no território, uma vez que são fundamentais para a construção de uma identidade territorial, por sua vez, essencial para a estruturação de projetos futuros, visando à gestão social. São eles: *capital social de grupos e indivíduos*, com base na proximidade geográfica ou social (como parentesco ou vizinhança); *capital social de comunidades*, estabelecidas por identidades coletivas de grupos sociais; e *capital social externo*, fazendo referência às relações com grupos e organizações externos ao território. (BRASIL/MDA/SDT, 2005b)

Outra noção constitutiva do discurso da SDT/MDA é a de gestão social que se refere à participação dos atores locais no gerenciamento das ações públicas que ocorrem no território, desde os espaços de mobilização local até os de implementação e avaliação das ações. Para além de simples participação, esta conceituação traz a noção de compartilhamento de responsabilidades, de protagonismo e de empoderamento dos sujeitos locais no processo de desenvolvimento, buscando instituir relações horizontais (a SDT/MDA chama a atenção ainda para a transformação de práticas verticalizadas em “*acordos multisetoriais de gestão social em processos de planejamento ascendente*” (BRASIL/MDA/SDT, 2005b, p.12)). O argumento defende a idéia de que quando são elaborados planejamentos de forma compartilhada, fazendo com que os sujeitos diretamente envolvidos nas ações sintam-se responsáveis por elas, possibilitando a apropriação das ações pelos sujeitos, existem mais chances de obter-se êxito no desenvolvimento das ações, alcançando os resultados esperados. Para uma efetiva gestão

social é necessário, portanto, neste caso e de acordo com a argumentação elaborada nos documentos da SDT/MDA, encontrar referências no capital social local, ter como bases as relações sociais construídas localmente e o que elas dizem a respeito de necessidades, formas possíveis de mobilização, de diálogo e de estratégias de organização e de transformação. Segundo a SDT/MDA, *“essa é a melhor maneira de ampliar a eficácia e a eficiência de políticas públicas, de aproximar as demandas sociais dos investimentos governamentais”* (BRASIL/MDA/SDT, 2005b, p. 11)

A operacionalização desta política pública de desenvolvimento territorial é acompanhada pela criação de novas institucionalidades, de forma a possibilitar o diálogo, a negociação, a superação de tensionamentos e divergências, a elaboração e a priorização de ações, buscando combinar as diferentes perspectivas dos atores sociais, originando assim um espaço, teoricamente, representativo que expresse a diversidade social local e vise à pluralidade e à paridade entre as forças sociais. Essas institucionalidades são acompanhadas da formação de instâncias territoriais de gestão que, para o programa da SDT/MDA, podem ser fóruns, conselhos, comitês, comissões, articulações, entre outros arranjos institucionais, desde que propiciem a “gestão social” do território.

A instituição de territórios cria novos arranjos territoriais ou intermunicipais, buscando romper com enfoques setoriais, integrar as diversas atividades e espaços; e tem como força política e discursiva a valorização da cultura e do saber-fazer local, buscando outra forma - contra-hegemônica - de promoção do desenvolvimento econômico e social (ABRAMOVAY, 2006; FLORES, 2003; ZAPATA, 2007). Nesse processo, torna-se necessária a articulação entre os atores sociais do território reconhecendo uma identidade territorial, uma teia de forças, de relações sociais e de poder que definem um limite com base na alteridade

(FLORES, 2003; SOUZA, 1995). O reconhecimento da identidade local é fundamental para a delimitação de um território, que pode ser entendido como a projeção de relações sociais no espaço. A identidade, nas palavras de Manuel Castells, é a “*fonte de significado e experiência de um povo*” (CASTELLS, 1999a, p.22), é um conjunto de significados, valores, crenças, normas, que tem como base determinados atributos culturais. As identidades são consideradas pela SDT/MDA elementos aglutinadores e promotores do desenvolvimento, a partir das quais é possível identificar e constituir institucionalmente territórios (BRASIL/MDA/SDT, 2005c).

A gestão do território, por sua vez, envolve uma variedade de novas práticas sociais, de exercícios de mobilização, compartilhamento de responsabilidades e de concertação. A construção e a gestão do território são, portanto, processos que demandam envolvimento, negociação e amadurecimento interno. Isso não significa, entretanto, que no território coexistam harmoniosamente diferentes forças sociais, onde ocorrem genuínos processos participativos e democráticos. Pelo contrário, os espaços institucionais criados nestes territórios visando à gestão social do mesmo, podem ser vistos, sob olhar bourdiesiano, como *campos sociais*, espaços também de disputas, onde se enfrentam forças políticas, hierarquizadas, com diferentes *capitais sociais, culturais, econômicos e simbólicos*. A construção de consensos demanda que hajam capacidades de argumentação equilibradas. Relações assimétricas de poder dificultam ou mesmo inviabilizam a busca pela concertação, assim como impedem a construção de relações mais horizontais, que envolvam os atores sociais possibilitem a construção mais compartilhada.

Abramovay (2006), em concordância com Santos (2004), procura mostrar a importância das organizações sociais populares na transformação das realidades que as envolvem, abrindo caminhos para a compreensão das transformações que as novas forças

sociais podem trazer para a forma como se organizam hoje os territórios. A criação desses territórios configura uma nova forma de organização dos espaços geográficos que, por um lado, pode motivar e articular sujeitos e organizações locais que buscam uma outra forma de desenvolvimento e, por outro, pode se contrapor às lógicas de organização já existentes, evidenciando conflitos territoriais, políticos e culturais. Sob esse ponto de vista, é possível notar que a criação de territórios encontra grandes desafios na busca por um movimento contra-hegemônico, em seu sentido “alter-nativo”. Segundo Flores (2003), há que se tomar cuidado para que o desenvolvimento territorial não culmine na “globalização de um localismo” (FLORES, 2003), ou seja, na reprodução do movimento hegemônico de dominação e imposição econômica e cultural, alertando, também, para a importância do equilíbrio das relações de poder internas.

O desenvolvimento territorial envolve uma complexidade de articulações; e a forma com que são constituídos seus processos de mobilização e de tomadas de decisão é decisiva para o papel que este território vai desempenhar frente aos contextos local e global. É, portanto, necessário compreender as relações de poder e os conflitos territoriais existentes dentro dos territórios criados no âmbito das políticas de desenvolvimento rural no Brasil, para que seja possível repensar estratégias de gestão e de atuação das políticas governamentais.

Com esse intuito e, partindo do caso do Território Rural da Serra do Brigadeiro, o presente trabalho propõe um estudo sobre os processos de gestão territorial identificando algumas dificuldades encontradas pelos atores sociais bem como eventuais conflitos que envolvem as diferentes territorialidades existentes dentro do que é considerado um território rural.

Metodologicamente, este trabalho é constituído de reflexões e pesquisas bibliográficas, documentais e de campo. Foram realizados estudos bibliográficos, reunindo diversos autores das áreas de ciências sociais, econômicas e políticas, buscando um olhar investigativo mais abrangente da realidade. Foi feita também uma pesquisa em documentos institucionais e de apoio da SDT/MDA, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra do Brigadeiro (PTDRS), Regimento Interno do Território da Serra do Brigadeiro, Plano Safra Territorial da Serra do Brigadeiro (PST), Relatório de Qualificação do PTDRS, e em documentos oficiais da Secretaria Executiva do Território da Serra do Brigadeiro, incluindo relatos de reuniões, oficinas e encontros do Grupo Gestor e do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) realizadas no ano de 2007 que constam nos Relatórios Técnicos e descritivos deste ano.

Como pesquisa de campo foram realizadas, no período de 27 de outubro a 09 de novembro de 2008, seis entrevistas com representantes da Associação Escola Família Agrícola (AEFA) e atual vice-prefeito do município de Araponga, da Associação Regional dos Trabalhadores Rurais (ARTR), dois representantes do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Secretaria Executiva do Território. Procurou-se entrevistar pessoas que participam ativamente do território ou que estiveram muito envolvidas em sua fase inicial, buscando representantes tanto do poder público quanto da sociedade civil, de diferentes municípios. Outros representantes da Prefeitura Municipal de Araponga e de Miradouro e do Centro de Estudo Integração e Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR) foram procurados mas, em virtude da falta de disponibilidades de horários, em função do curto período para realização da pesquisa, estas entrevistas não puderam ser realizadas. Isto já

indica, de certa forma, uma das dificuldades encontradas no Território e que será melhor discutida posteriormente: a dificuldade de articulação e de melhor comunicação com os diferentes atores sociais. Grande parte dos entrevistados são pessoas que se articulam com mais facilidade e com certa frequência; têm trabalhos conjuntos ou têm sua sede localizada em Viçosa, daí também, a facilidade em conseguir estas entrevistas. Isto ainda fornece pistas para perceber a centralidade que Viçosa exerce sobre certos municípios do Território da Serra do Brigadeiro, localizados na vertente oeste da serra que corta o território, como pode ser observado na figura 1 na página 23 deste trabalho. Este fato também será discutido no decorrer do trabalho.

Também como pesquisa de campo foi feita observação participante em uma reunião do Grupo Gestor, no dia 24 de outubro de 2008 no município de Pedra Bonita. Soma-se a esta a participação, em 10 de março de 2008, em um encontro do CODETER, momento em que foram visualizadas as primeiras possibilidades de realização desta pesquisa. Por fim, inclui-se a participação, no período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2004, nas atividades do Diagnóstico Participativo da Realidade Rural do Território da Serra do Brigadeiro, como estagiária do CTA-ZM, realizando relatoria e apoio na organização de reuniões e eventos de planejamento participativo.

## 2- Territórios e desenvolvimento

Território, para a SDT/MDA,

É um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL/MDA/SDT, 2005a, P. 28).

Esta definição é bastante ampla e não diz muito a respeito das relações de poder existentes na sociedade, que são decisivas na constituição de territórios e não envolve os processos dinâmicos intrínsecos aos territórios, que nos dizem sobre as transformações constantes dos espaços geográficos. Este conceito, colocado dessa forma, apenas define uma área de abrangência para uma política de desenvolvimento e não abarca questões teóricas necessárias ao embasamento dos atores sociais locais, contribuindo para a construção redes que favoreçam a interação entre diferentes grupos, sujeitos, organizações, instituições.

Território, segundo Marcelo Lopes de Souza “*é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” (SOUZA, 1995, p.78), não devendo, no entanto, ser confundido ou reduzido à figura do Estado, ao qual se vincula a idéia, por exemplo, de território nacional. Um território pode ser entendido como a projeção de relações sociais no espaço, o resultado das articulações entre os atores sociais locais, que reconhecem uma identidade comum, que criam uma teia de forças, rede de relações sociais e de poder, o que acaba por definir um limite com base na alteridade (FLORES, 2003; SOUZA, 1995). A



identidade é, assim, um dos elementos que compõe um território. Por outro lado, a existência de um território também possibilita o surgimento, o reconhecimento ou a transformação de identidades territoriais.

De forma similar a Souza (1995), Rogério Haesbaert define o território como “*espaço simultaneamente dominado e apropriado*” (HAESBAERT, 2002, p. 121), onde existem formas de controle por determinado grupo ou classe e no qual se criam laços de identidade social. A dominação e a apropriação acontecem constantemente, seja de forma equilibrada, proporcionando uma interação construtiva, seja de forma autoritária, vertical e centralizadora. O território é, portanto, “*o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados*” (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Estabelecendo um paralelo com o contexto do desenvolvimento territorial, é possível identificar em territórios essa teia de forças que, em alguns casos, pode estar equilibrada, mas em outros, pode tender para determinados nós, evidenciando a existência de grupos que podem centralizar ou conduzir os processos de decisão e a gestão territorial. O forte capital social existente na Serra do Brigadeiro e o processo de mobilização que envolveu a construção deste território podem ser apontados como fatores de equilíbrio desta teia, por mais que em alguns momentos demonstrem a tensão e o conflito. Como exemplificado por uma pessoa, representante da Secretaria Executiva do Território da Serra do Brigadeiro, em entrevista realizada no dia 27 de outubro de 2008, existem outros territórios nos quais organizações tiveram um peso decisivo no seu processo de criação e, hoje, estão à frente da gestão, tendo inclusive os limites do território coincidentes com os de sua atuação regional, o que não

acontece na Serra do Brigadeiro. Entretanto, as relações de poder estão sempre presentes no território, o que demanda cuidados no desenvolvimento do processo.

Souza (1995) chama a atenção, ainda, para a existência de diferentes territorialidades – de caráter permanente, periódico, cíclico, contínuo ou descontínuo –, uma vez que os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas temporais e espaciais. E isso pode ser percebido na Serra do Brigadeiro, desde o histórico de criação, envolvendo outros tipos de territorialidades já existentes, até o cotidiano de interação entre grupos, organizações e poder público, o que será discutido nos capítulos que se seguem.

Na percepção de diferentes atores envolvidos no Território da Serra do Brigadeiro, a idéia de território aparece enfatizando a construção de laços de identidade, de redes sociais, em uma interação de diferentes grupos e sujeitos que favorece ambos os lados, um processo construtivo que pode conduzir à melhoria da vida das populações locais:

Território: diferentes atores e grupos. Isso no meu ponto de vista é uma coisa interessante, desde que tivesse a compreensão de que tá todo mundo ligado, conectado. Eu não trabalho na terra, mas dependo do que vem da terra (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

Território como uma coisa experimental. Foi esse meu entendimento. Nós temos uma cultura muito individualista. Imagino eu que foi pensado essa idéia de território pra que a gente pudesse pensar as coisas mais em conjunto, um município junto com outro. (...) Pensar coisas que beneficiassem todos nos municípios, que um desse a mão para o outro (Depoimento de representante da ARTR no dia 27 de outubro de 2008).

Falar em territorialidade é também falar dos laços identitários que são construídos nos territórios. O reconhecimento da identidade local, como discutido anteriormente, é fundamental para a delimitação de um território. De forma dialética, a construção de territórios

fortalece, afirma ou mesmo possibilita a construção de laços identitários. Formas de envolvimento e de mobilização de sujeitos locais em ações coletivas, com caráter de reação a uma ordem ou condição imposta, constituem, segundo Castells (1999a), fontes de identidades. As identidades devem ser entendidas como algo em constante transformação, não estáticas, sempre construídas, desconstruídas e resignificadas. Essas identidades fazem parte do que Haesbaert (2002) chama de territorialidades alternativas, que traz um sentido de crítica aos espaços hegemônicos, de possibilidade de construção de espaços mais igualitários e democráticos, onde haja a inserção de diferentes grupos sociais normalmente excluídos, configurando contra-espços (MOREIRA, 2007).

A construção destes espaços envolve a busca por alternativas de participação, amadurecimento, organização e gestão do território, processos de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento remete a um longo debate que envolve as idéias de evolução, crescimento e progresso, passando por perspectivas ora biológicas, ora econômicas, sociais ou ambientais. O fato é que a idéia de desenvolvimento muitas vezes fica restrita a determinados campos de conhecimento, gerando uma grande lacuna em torno deste conceito (FAVARETO, 2007). Surgem idéias como a de Guillermo Herrera (2002) que afirmam que o desenvolvimento já não designa uma solução, mas um problema: o da incapacidade do conceito original para dar conta dos conflitos que desembocaram na promessa de crescimento econômico com bem-estar social e participação política para todos que há pouco quis expressar. Assim, afirma: *“não vivemos em uma época de mudanças, mas nos encontramos imersos em uma mudança de épocas”* (HERRERA, 2002, p. 2) (Tradução nossa)<sup>3</sup>, na qual pensar uma nova forma de desenvolvimento é necessário. Aparecem também idéias como a de

---

<sup>3</sup> “No vivimos en una época de câmbios, sino que nos encontramos inmersos en un cambio de épocas”.

Douglass North (1981, 1990, 2005 apud FAVARETO, 2007) e Amartya Sen (1992, 2000 apud FAVARETO, 2007) que deixam de considerar o desenvolvimento como algo alcançável e passam a colocar em debate o processo pelo qual ele se faz.

Atualmente o desenvolvimento tem sido muito empregado sob o enfoque territorial, incorporando os debates sobre sustentabilidade, participação social, respeito às culturas, valorização das identidades e busca por autonomia, entre outros, incorporando dimensões ecológicas, políticas e culturais.

Uma pessoa entrevistada ressalta a importância da participação e da construção da autonomia nos processo de desenvolvimento territorial:

Pra mim o desenvolvimento só existe quando o projeto é seu e quando você dá conta de caminhar com suas próprias pernas. Aí há desenvolvimento. Não é injetar recurso, dinheiro, dizer que vai desenvolver, às vezes até aliena as pessoas e não há desenvolvimento.(...) Não vou ter que esperar que alguém fale por mim. Eu mesmo vou ter que pensar e falar mesmo. (...) [o desenvolvimento] Não pode ser medido pela aparência nem pelo peso. Tem que ser medido pela capacidade interior de ver as coisas. Você se sente bem. Cidade cresceu, não inchou! Desenvolvimento tem que ter sustentabilidade, ter capacidade de enxergar o futuro. Senta num veículo com alta velocidade, parece que desenvolve muito, mas nem sempre. Se você vai correndo muito você pode cair num buraco, bater, quebrar, pronto. Se você tivesse ido mais devagar, desviado do buraco, conseguia chegar. Muita gente mede o desenvolvimento pela velocidade. E pra gente não é esse desenvolvimento. Desenvolvimento é sustentabilidade, isso sim (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

E, alertando para a questão do poder, afirma: “*Hegemonia não é desenvolvimento*” (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

Com base nas perspectivas de sustentabilidade e participação social as estratégias de desenvolvimento territorial vêm ganhando respaldo no Brasil, fruto de novas formas de interação entre setores da sociedade civil e políticas públicas. O Estado-nação, assim, passa a

ter de desempenhar um novo e importante papel, o de formular políticas públicas que conduzam a processos diferenciados de construção de territórios, que envolvam e contribuam para a autonomia dos atores sociais locais (FLORES, 2003), procurando dinamizar os aspectos produtivos e econômicos a partir das potencialidades e dos atores sociais e, ao mesmo tempo, buscando o fortalecimento das identidades e culturas locais, construindo uma forma de desenvolvimento mais integrada, que estimule as experiências locais, o fomento das micro e pequenas empresas e a agricultura familiar (ZAPATA, 2007).

Assim, o desenvolvimento territorial para a SDT/MDA é uma estratégia de articulação entre políticas públicas e demandas sociais, buscando um estilo de desenvolvimento que se contraponha às abordagens setoriais, integrando atores sociais locais e políticas que observem as dimensões não só econômicas, mas socioculturais, ambientais e político-institucionais. O desenvolvimento territorial pode contribuir, dessa forma, para o surgimento de uma nova forma de gestão pública e para a construção de novas institucionalidades. Parte da gestão dos territórios passa a ser feita por conselhos, fóruns, consórcios, entre outras estruturas formadas com a representatividade dos atores envolvidos.

Essa perspectiva deve ser analisada sobre olhares críticos, com cuidados para não cair em discursos retóricos, mas de antemão e de acordo com Abramovay (2006), pode-se dizer que abre caminhos para a compreensão da ruralidade sob a ótica da interação social e da complexidade de relações culturais, políticas e institucionais que constroem a dinâmica desse espaço, contribuindo também para a construção de novos caminhos para o *(des)envolvimento* territorial.

### 3- Território do Parque e Território Rural da Serra do Brigadeiro



Paisagem rural do Território da Serra do Brigadeiro. *Serras do Brigadeiro* ao fundo, com destaque para o Pico do Boné. (Foto: Clara Teixeira Ferrari, 2008).

O Território Rural da Serra do Brigadeiro foi reconhecido e homologado em 9 de outubro de 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Minas Gerais, junto com outros quatro territórios mineiros que passaram a integrar o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Pedra Bonita, Sericita, Muriaé e Rosário da Limeira são os municípios que compõem esse território, situado na porção norte da Zona da Mata mineira, com uma área de 2.953 km<sup>2</sup> e um total de

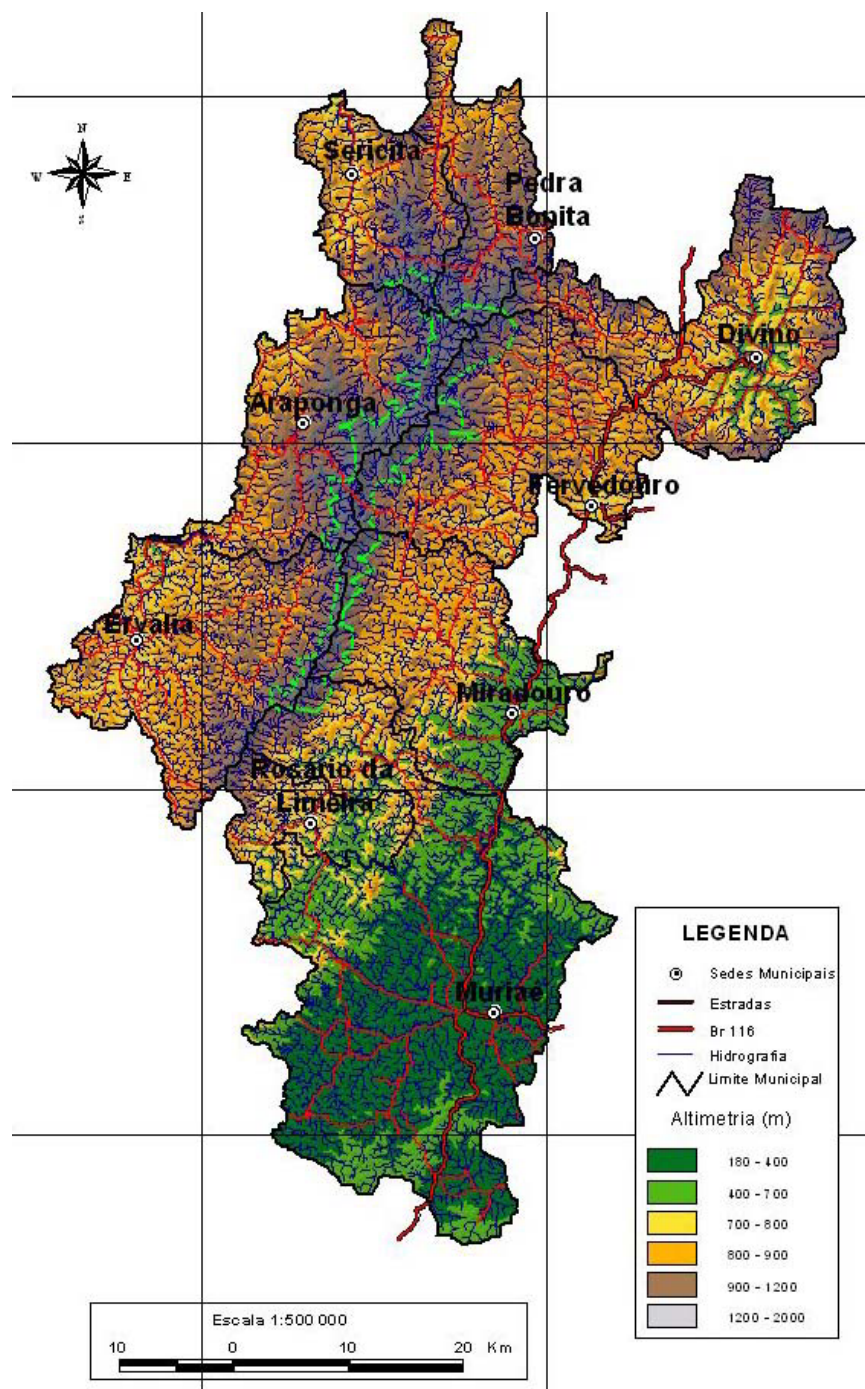
aproximadamente 172 mil habitantes, sendo 54.699 destes considerados população rural e 6.663, agricultores familiares<sup>4</sup> (BRASIL/MDA/SDT, 2008).

---

<sup>4</sup> Não foi possível identificar o critério utilizado para esta classificação. O importante a ser destacado é que o valor de 6.663 agricultores familiares é questionável tendo em vista o número de 14.809 agricultores familiares indicado pelos STRs, escritórios locais da EMATER e prefeituras municipais (BRASIL/MDA/SDT/PLURAL, 2006a), com base na Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, sem deter área maior do que quatro módulos fiscais; utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tendo renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e dirigindo seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

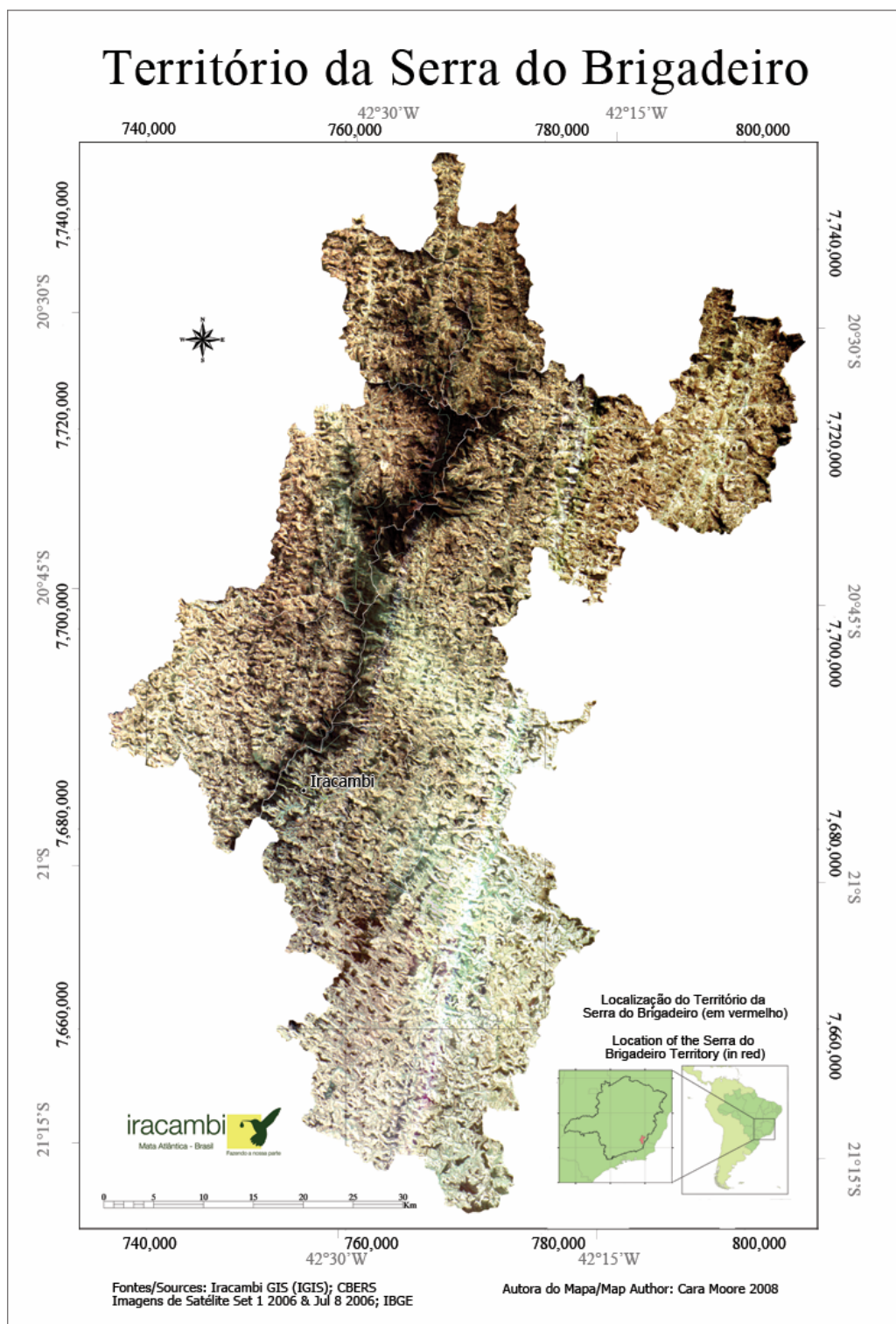
Entende-se aqui conceito de agricultura familiar como uma “*estratégia de organização social da produção do espaço rural que realiza o processo de produção por meio da força de trabalho familiar, caracterizando um ambiente de unidade, interação e interdependência da família em relação à unidade de produção*” (FURTADO; FURTADO, 2000 apud DIAS, 2006, p.6). E, ainda, como um trabalho realizado em pequenas propriedades ou unidades de produção, tendo como elementos de produção a força do trabalho familiar, como motor principal da produção, combinada a outras relações como trabalho assalariado temporário, ajuda mútua, parceria e trabalho acessório. Isso caracteriza, segundo Oliveira (2001), a agricultura camponesa. Sabe-se dos conflitos que envolvem as conceituações de agricultura familiar e camponesa, mas não cabe, neste momento, aprofundar neste debate

## Mapa Planialtimétrico do Território Rural da Serra do Brigadeiro

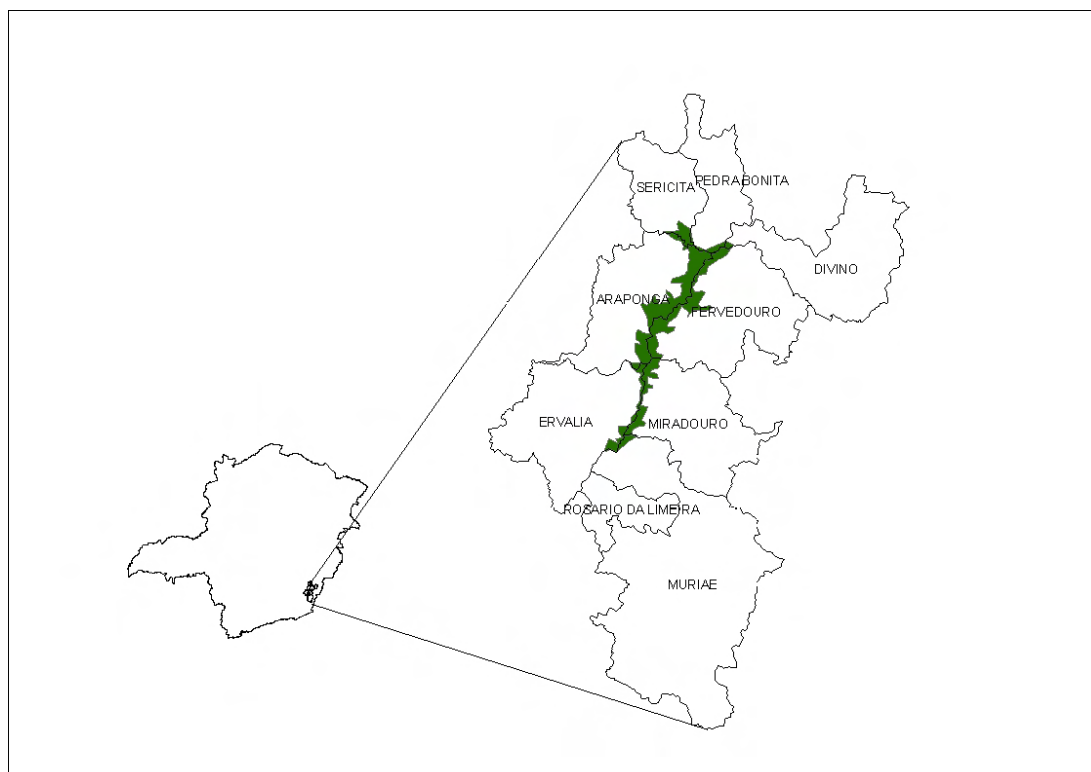


**Figura 1:** Mapa Planialtimétrico do Território Rural da Serra do Brigadeiro.  
Fonte: CTA-ZM, 2004a.





**Figura 2:** Território da Serra do Brigadeiro  
Fonte: Iracambi, 2008.



**Figura 3** – Mapa de localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro-MG  
Fonte: Ambiente Brasil Centro de Estudos, 2006.

A constituição do Território da Serra do Brigadeiro remete à constituição do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) ou, às articulações entre organizações e sujeitos locais em torno da constituição do PESB e de lutas pela legitimidade e pelo fortalecimento da agricultura familiar na região, de tal forma que a existência desta Unidade de Conservação (UC) é considerada um fator sobre o qual se constroem as identidades territoriais da Serra do Brigadeiro. O próprio parque é identificado no PTDRS como uma identidade do território. Isso pode ser entendido na fala de uma das pessoas entrevistadas:

O parque é nossa espinha dorsal. Foi criado primeiro, foi uma das coisas que nos motivou a criar o território. O parque nos une, os municípios que estão envolvidos já têm uma coisa em comum, culturas muito parecidas, a topografia, isso nos une muito (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

A criação do PESB foi considerada um processo inovador, principalmente em Minas Gerais, em função do envolvimento e da mobilização das populações locais, a partir de suas organizações, alterando a proposta inicial de criação da UC. A criação do PESB é indicada também por Barbosa (2005) como um dos fatores que faz florescer, juntamente com as idéias de preservação do meio ambiente e de fortalecimento das organizações sociais populares, uma identidade étnica indígena na região.

Desde o período colonial a região da Zona da Mata mineira sofreu processos de uso e ocupação muito intensos e sem a necessária preocupação com a sustentabilidade ambiental. Nas décadas de 1950 a 1970, isso foi agravado na região hoje conhecida como “Serra do Brigadeiro” devido ao desmatamento causado pela empresa siderúrgica multinacional Belgo-Mineira. Na década de 1960 alguns professores e técnicos, dentre estes dois professores/pesquisadores do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Viçosa (UFV) vinculados ao Centro Mineiro para a Conservação da Natureza (CMCN), uma Organização Não-Governamental (ONG) ambientalista, em visita à região, reconheceram grande importância da biodiversidade local, fizeram as primeiras tentativas de tornar aquela área protegida. Essa proposta abrangia uma área de 32.500 ha, delimitada por uma cota mínima de 1000m de altitude. Só em 1993 o IEF-MG iniciou os estudos para a criação e implantação do Parque. Nesta época começou a correr, entre os moradores e organizações locais, a notícia de que estaria sendo utilizado o critério da cota 1000 para delimitação da área, gerando enorme tensão na região, uma vez que o critério implicaria desapropriação de grande número de propriedades rurais e até de parte da área urbana da cidade de Araponga (BONFIM, 2006).

Nessa mesma época foi elaborado pela organização não-governamental Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Araponga, professores e pesquisadores da UFV, um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), diagnóstico da realidade rural de Araponga, que identificou a apreensão e muita desinformação dos moradores da serra em relação à criação do PESB. A partir disso vários sujeitos locais que, de certa forma já dialogavam em função da assessoria técnica prestada pelo CTA-ZM e/ou que já se envolviam em ações em torno do fortalecimento da agricultura familiar na região, foram mobilizados e se articularam, buscando o esclarecimento de dúvidas e pleiteando a participação no processo de criação e gestão da UC. Dentre estes sujeitos estavam representantes de comunidades rurais da Serra do Brigadeiro, STRs e prefeituras de municípios envolvidos pelo parque, o Pólo Regional da Federação dos Trabalhadores do Estado Minas Gerais (FETAEMG), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o CTA-ZM, pesquisadores da Faculdade de Filosofia e Letras de Carangola, vinculada à Universidade do Estado de Minas Gerais (FAFILE/UEMG) e da UFV (BONFIM, 2006).

A partir desse processo de mobilização foi criada uma comissão com o objetivo de elaborar estudos sócio-econômicos relativos às populações direta e indiretamente afetadas pela criação do parque e um grupo de trabalho que viria a ser o futuro conselho consultivo do PESB. Em 1994 foi realizada uma audiência pública em Muriaé, onde as organizações se posicionaram em favor da criação do parque, mas contrários à expulsão de agricultores de suas terras (BONFIM, 2006). Havia um entendimento de que a criação de uma UC era necessária, devido à importância ecológica da área. No entanto, as negociações partiam também do entendimento de que a atividade agropecuária da região era em sua maior parte familiar e de

baixo impacto ambiental, onde também havia uma variedade grande de atividades de assessoria técnica e formação de agricultores com base agroecológica, visando um desenvolvimento rural sustentável. Assim foi iniciado um processo mais aberto à participação, culminando na criação do PESB como categoria de “proteção integral”, em 27 de setembro de 1996, pelo decreto nº 38.319, abrangendo uma área de 13.210 ha e um perímetro de 156 km<sup>2</sup>, incluindo os municípios de Araponga, Fervedouro, Miradouro, Ervália, Sericita, Pedra Bonita, Muriaé e Divino (BARBOSA et al, 2000).

A criação do parque acabou se desdobrando em outras ações que continuaram envolvendo e mobilizando as populações locais. Em 1997 o CTA-ZM e os STRs de Araponga, Muriaé, Miradouro e Carangola realizaram um DRP nos municípios da Serra do Brigadeiro, a fim de contribuir para as discussões sobre o plano de gestão, que deveria conciliar conservação dos recursos naturais e desenvolvimento rural. Foi também realizado, em 2000, o Simpósio *”Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Entorno: contribuições para a elaboração de um plano de manejo integrado e participativo”*. Posteriormente foram feitas novas mobilizações e uma audiência pública com o IEF-MG, momento em foi proposta a criação de um Conselho Consultivo do PESB, instituído finalmente em 2004, composto por 36 membros, com representantes de diversos segmentos, inclusive de moradores do entorno. A criação desse conselho representou uma conquista das organizações ligadas aos movimentos sociais. Junto a essa conquista está também o processo de criação do Território Rural da Serra do Brigadeiro, apontado como outro desdobramento da criação do PESB e das posteriores articulações, mobilizações e formas de aproximação entre sujeitos locais, sujeitos que atuam localmente e poder público.

No momento em que um dos sujeitos envolvidos no processo de criação e gestão do PESB, o CTA-ZM, tomou conhecimento sobre a recente política de criação de territórios rurais, as articulações locais foram fortalecidas, diante da possibilidade de criar um território que potencializasse – em termos de acesso aos recursos públicos – as estratégias de desenvolvimento rural sustentável que já vinham sendo apoiadas na região.

Todo o processo para garantir as necessidades dos moradores do entorno do PESB e suas organizações, bem como a expressão da pluralidade de visões sobre o desenvolvimento da região, foram o “cimento” que unificou um sentimento de pertencimento à região da Serra do Brigadeiro. E este foi o principal motor do processo de criação do Território da Serra do Brigadeiro (CTA-ZM, 2004a, p.25).

Com o intuito de sistematizar a proposta de criação do Território Rural pensada por um conjunto de atores sociais da Serra do Brigadeiro, foi formada uma comissão constituída pelo CTA-ZM, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), que posteriormente apresentou a proposta já redigida para o conjunto de sujeitos locais e, finalmente, para o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

Em 2003 o território foi homologado, abrangendo uma área total de 2.944 Km<sup>2</sup> que corresponde à Serra do Brigadeiro e entorno, incluindo o PESB. Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), alguns elementos podem ter sido decisivos para essa aprovação: a existência de uma identidade cultural, entendida como uma “cultura de serra”; a grande concentração da agricultura familiar; as articulações e parcerias já existentes no território, o que garante elevado capital social; e o patrimônio ambiental aglutinador.

Após a aprovação do território, foi realizada uma série de ações a fim de possibilitar a construção do PTDRS, definido como prioridade no primeiro projeto submetido à SDT/MDA, tendo como executor o CTA-ZM. Entre elas estavam as definições dos elementos de identidade territorial e dos eixos de desenvolvimento do território, obtidas durante oficinas municipais e territoriais e de um DRP das comunidades do entorno do PESB.

Como elementos de identidade territorial, *“uma identidade do Território e não dos municípios, mas das comunidades do entorno do Parque”* (CTA-ZM, 2004, p.34) foram considerados, de acordo com o PTDRS: o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro; o cultivo do café de montanha – ou de altitude – de qualidade; a agroecologia; a cultura (festas, religião, hábitos, crenças); a predominância da agricultura familiar; o solo, o clima e relevo da região; trabalhos de artesanato; o potencial para o ecoturismo e o turismo rural; a estrutura fundiária; a criminalidade ocorrida por conflitos fundiários em uma determinada época, em especial nas comunidades do entorno do Parque que são mais isoladas; a falta de infra-estrutura; a religiosidade como aglutinadora; a herança cultural indígena dos povos Puris; a água de boa qualidade e medicinal; a grande interação entre as comunidades do entorno do Parque; e a luta unida das comunidades no processo de criação do Parque da Serra do Brigadeiro. Esse histórico de articulação em torno do PESB ajuda a compor o ambiente institucional do TSB, como pode ser ilustrado na fala de uma pessoa entrevistada:

A criação do PESB, como foi um processo conflituoso, proporcionou uma junção dos municípios. (...) Cota mil... Preservar a agricultura familiar no entorno do parque... Tudo isso proporcionou uma identidade de pertencimento. Mas – salienta – muito mais a nível organizacional, institucional que a nível de agricultores (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).

Em março de 2004, com o objetivo de coordenar as ações de desenvolvimento no território, foi criada, provisoriamente, a Comissão de Implementação das Ações Territoriais (CIAT) do Território da Serra do Brigadeiro, integrada por quatro representantes do poder público (EMATER, EPAMIG, IEF e a Prefeitura Municipal de Araponga) e quatro organizações da sociedade civil (Pólo Regional da FETAEMG, CTA-ZM, Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata – ARTR e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, do Município de Ervália).

Em meados de 2005 foram definidas três Instâncias Territoriais, com o fim de organizar o processo de gestão do território: Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), Grupo Gestor e Secretaria Executiva, correspondendo, respectivamente, ao Nível de Deliberação Máximo, Nível Decisório Gerencial e Nível Operacional, conforme regimento interno aprovado em agosto de 2006.

Essas instâncias buscam reunir diferentes grupos e organizações presentes no território e, de certa forma, tentam combinar diferentes territorialidades em um mesmo espaço. A criação do PESB e do TSB, inclusive, pode ser analisada a partir do ponto de vista das territorialidades, entendendo como esses processos e seus desdobramentos estão ligados à construção e à desconstrução de territórios, à existência de um tecido social diverso, onde se relacionam grupos sociais diferentes, que definem limites, mas se combinam, às vezes se afastam, e voltam a se articular, que tentam encontrar na diversidade uma unidade, definir consensos a respeito de certos temas e interesses, e contribuir para um processo conjunto de desenvolvimento.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, principalmente no início de sua constituição, representava simbolicamente algo negativo, imaginado como uma instituição que



estava contra os agricultores familiares que historicamente habitavam e conviviam na região e que interferia no poder territorial dos municípios. Por mais que tenha sido um processo de criação e implementação de UC considerado inovador, é impossível negar que ele tenha começado como uma imposição vertical, descendente, a partir de instâncias externas. Inevitavelmente, a criação do parque gerou uma nova territorialização, implicando em des-territorializações e re-significações de territórios já existentes. Des-territorializações porque, em primeiro lugar, a área do parque passou a incluir áreas que pertenciam a agricultores, os quais tiveram que abandoná-las ou diminuir suas propriedades, recebendo ou não indenizações (processo que ainda está em andamento). Em segundo lugar porque, de certa forma, foi retirado destas famílias o poder de agir sobre a área na qual exerciam ações até mesmo de preservação. Estes agricultores foram – pelo menos parcialmente – des-territorializados. Estas mesmas áreas, que antes eram legisladas pela prefeitura, passaram ao poder público estadual, representado pelo IEF, e sofreram, portanto, um processo de re-significação, alterando suas formas de uso, arrecadação de impostos e seu valor simbólico.

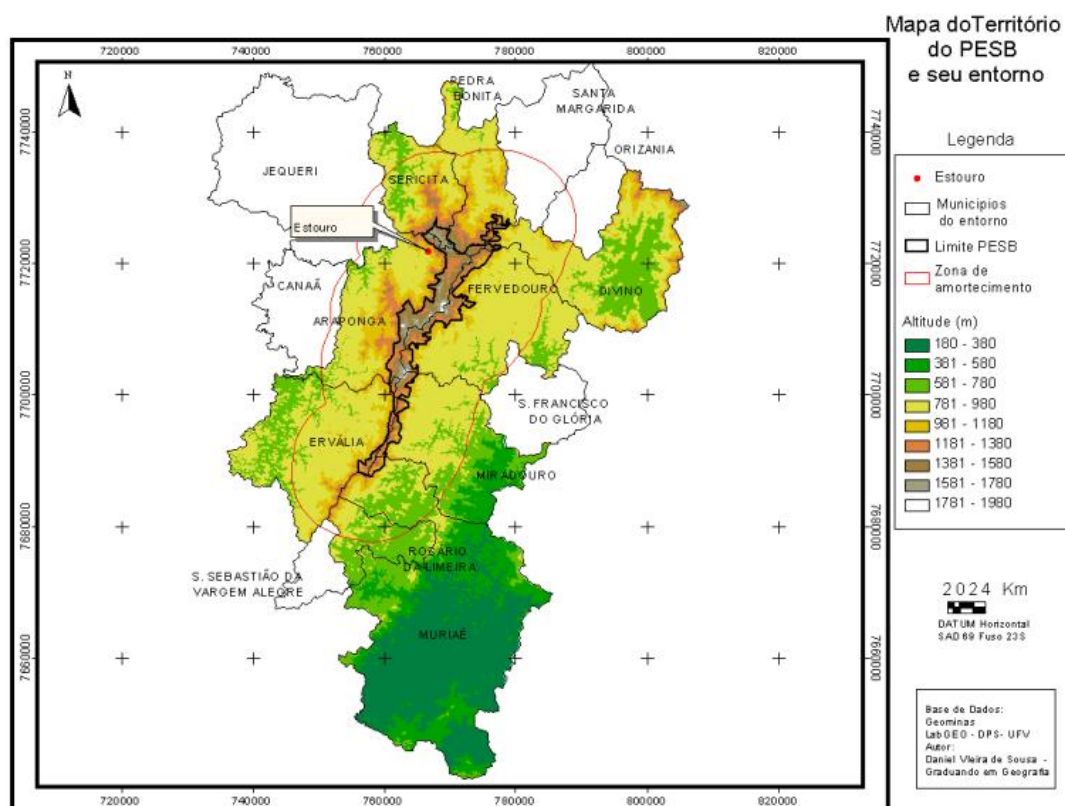
Por outro lado, no momento em que acontece um processo de mobilização, chamando as populações locais a participarem no processo de criação e gestão do parque, momento em que se destacam também ações e trabalhos de afirmação e de resgate cultural da etnia Puri, há de, certa forma, uma tentativa de reterritorialização, de mostrar que aquele é um espaço das populações locais; tentativa também de trazer as atenções e as ações para a escala local, no sentido de devolver e compartilhar as responsabilidades, os direitos e os deveres sobre aquele espaço. Isto se torna ainda mais intenso no momento de criação do Território da Serra do Brigadeiro que, além de ser um novo processo de territorialização que novamente chama as populações e organizações locais a gerir o espaço, estabelece uma relação muito próxima com

o PESB, que é considerado um fator de identidade territorial, indicando certa noção de pertencimento e identificação dos sujeitos locais com o parque. Isto soa, até certo ponto, contraditório, pois a serra, considerada um divisor natural entre os municípios e comunidades e um divisor político, econômico e cultural, (CTA-ZM, 2004b) a serra ou as *serras*<sup>5</sup>, passam a ser consideradas como uma única coisa, algo que detém um valor comum aos sujeitos locais. Há, inclusive, certo conflito a respeito dos nomes dados ao PESB e ao Território Rural, que problematiza a questão étnica das serras. Alguns atores locais propõem outros nomes como “Parque Estadual da Serra dos Arrepiados” – fazendo referência a uma nomenclatura utilizada localmente – e “Território Puri”. Isso, no entanto, não é consenso nem no colegiado do território nem no conselho do parque.

Abaixo, o mapa do PESB e municípios do entorno. Nota-se que o limite definido como zona de amortecimento envolve os municípios do Território da Serra do Brigadeiro. O plano de manejo desta UC compreende áreas no entorno do parque em um raio de 10km, consideradas zona de amortecimento, onde, de acordo com o plano de manejo, deverão ser vedadas ou restringidas atividades impactantes sobre solos e águas. Isto já indica a necessária e possível mobilização nesta região, o que pode ser potencializado por envolver exatamente os municípios de um território, foco de ações e políticas de desenvolvimento rural, tendo como um de seus princípios a sustentabilidade.

---

<sup>5</sup> Willer Barbosa (2005) chama a atenção para a denominação de “serras” ao se referir ao espaço de mata e montanhas que compreende a área cunhada de Serra do Brigadeiro. Isso enfatiza as diferentes formas de pensar, sentir e viver os espaços dessa região que, a partir de processos de territorialização tendem a ser reduzidas em uma única denominação.



**Figura 4:** Mapa do Território do PESB e seu entorno. Elaboração: Daniel Vieira de Souza, 2005.

A territorialização acontece de variadas formas, com diferentes significados. Torna-se necessário destacar a diferença entre um território construído em um processo não necessariamente intencional, que indica a espacialização de determinado grupo social, que vive e interage neste lugar criando vínculos sociais e certo sentimento de pertencimento; e um território instituído, criado por demandas, constituído a partir de fora ou a partir de alguns grupos que compõem este território. As duas formas de territorialização podem ser importantes e legítimas e podem ocorrer simultaneamente, mas é importante ressaltar que a criação de territórios rurais no Brasil inicia-se a partir de uma política estatal de desenvolvimento e não simplesmente como um resultado das relações socioespaciais. Isso

demonstra a complexidade envolvida nos processos territoriais. Desconstruções, reconstruções e até mesmo sobreposições de territórios são processos que aparecem quando se institui um território, o que normalmente envolve conflitos, sejam políticos, culturais, econômicos, ou ambientais. Tais conflitos muitas vezes ficam implícitos nas relações sociais e acabam gerando uma série de tensionamentos que afloram quando surge a necessidade de dialogar e buscar acordos em torno da realização de ações que envolvam o conjunto dos sujeitos locais, neste caso, possivelmente dentro do colegiado do território.

Um Território Alternativo é mais facilmente entendido como resultado das relações socioespaciais como contraponto a territorialidades hegemônicas, mas a instituição de um território, como proposto pelo MDA, pode não excluir ou não impedir futuramente a existência de territorialidades alternativas que se combinam, se misturem e construam um movimento a partir do que lhes é comum, do que é local, do que representa a sua existência, um movimento ater-nativo que se pretenda transformador e libertador.

#### 4- Colegiado de Desenvolvimento territorial e participação social



Reunião do Grupo Gestor do Território da Serra do Brigadeiro, no município de Pedra Bonita, em 02 de novembro. (Foto: Clara Teixeira Ferrari, 2008).

A construção de instâncias – fóruns – de decisão política nos territórios pretende colocar em prática o objetivo de promover a gestão social, a participação e a governança, conceitos amplamente utilizados institucionalmente e que propõem a realização de processos mais democráticos de desenvolvimento. Segundo Soraya Côrtes (2005), amparada nas concepções de autores variados, a idéia de participação remete ao envolvimento de atores sociais locais – usuários e beneficiários de políticas públicas, trabalhadores, consumidores, profissionais, movimentos sociais, organizações, entre outros – em fóruns participativos. Mas o conceito vai além do simples envolvimento. A autora ressalta que as relações que se estabelecem a partir desse envolvimento não levam, necessariamente, à partilha de poder político, para tomada de decisões, entre os participantes. O conceito de participação poderia indicar, assim, o envolvimento, sob formas diferenciadas, de participantes em um fórum, que

se pretende enquanto esfera – democrática – de decisão política e institucional. Por si só este conceito não garante, portanto, a concretização de fóruns democráticos.

O conceito de governança é muitas vezes vinculado ao de participação e, segundo a mesma autora, diz respeito à intensificação das relações entre governos e sociedade civil, referindo-se a “*formas de participação da sociedade civil nos processos de decisão, acompanhamento e implementação de políticas públicas*” (CÔRTEZ, 2005, p. 15). Não há, entretanto, um consenso a respeito das contribuições dos fóruns participativos para a boa governança. Existem perspectivas diferentes que relacionam participação e governança, a autora identifica duas perspectivas, uma otimista e outra cética, embora existam também outras que superam esta dicotomia e que podem fornecer até mais riquezas para a análise da realidade. Neste momento, entretanto, discutiremos somente as duas perspectivas identificadas por Côrtes (2005), buscando, entretanto, ponderar as duas perspectivas nas considerações sobre o funcionamento do CODETER.

A perspectiva otimista relaciona positivamente mecanismos participativos e boa governança. Compartilham desta perspectiva duas vertentes diferentes. A primeira destaca o surgimento de uma democracia participativa, que se diferencia da democracia representativa e é considerada, pelos autores que compartilham dessa vertente de pensamento, mais significativa na construção da boa governança. Esse ponto de vista destaca os fóruns participativos como espaços institucionalizados, com regras e arranjos formalizados, onde os movimentos sociais e outras associações da sociedade civil encontram abertura para agir. A outra vertente otimista trata os mecanismos participativos como parte integrante dos processos governamentais, o que não implicaria na formação de um outro tipo de democracia. Essa perspectiva acaba contribuindo para a reflexão teórica e conceitual a respeito dos papéis dos

fóruns participativos nos seus contextos institucionais e políticos, do papel do Estado na constituição e manutenção desses fóruns e, ainda, sobre os tipos de relações construídas entre os atores envolvidos.

A perspectiva cética aponta as desconfianças de que fóruns participativos produzem formas mais democráticas de interação entre governos e sociedade civil. Para os autores que partilham desta vertente de pensamento, esses espaços não garantem a participação igualitária, tanto em relação à questão de legitimidade dos participantes que não necessariamente representam a maioria da população a qual estão destinadas as ações, tanto no que diz respeito às diferenças de poder que influenciam nas tomadas de decisão, sendo, portanto, ambientes que produzem e reproduzem desigualdades. Esses questionamentos são importantes para a reflexão dos processos de constituição de fóruns participativos, atentando às formas de escolha de participantes – normalmente ligados a grupos organizados – e aos interesses que passam a ser representados, ou supostamente representados.

O Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro funciona como um fórum participativo, a instância máxima de deliberação do Território. Neste fórum se reúnem representantes da sociedade civil, incluindo grupos organizados que atuam local e regionalmente voltados à agricultura familiar e moradores de comunidades rurais do território, e representantes do poder público, sendo garantida, regimentalmente, a maioria representativa à sociedade civil. Todos os representantes são indicados por suas respectivas organizações, com exceção dos moradores locais, indicados pelas próprias comunidades, mas formalizados junto aos STRs.

Dessa forma, o CODETER é constituído por três representantes de cada município que compõe o território (Araponga, Ervália, Divino, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra

Bonita, Rosário da Limeira e Sericita), sendo um do Poder Público Municipal, indicado pelo Executivo Municipal, e dois representantes da agricultura familiar: um agricultor ou agricultora residente no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e um do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, buscando o equilíbrio representativo entre gênero. Conta, ainda, com representantes da sociedade civil que atuam em nível regional: a Associação Escola Família Agrícola (AEFA), a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais da Zona da Mata (ARTR), o Centro de Pesquisa e Promoção Cultural (CEPEC), o Centro de Estudo Integração e Formação e Assessoria Rural da Zona da Mata (CEIFAR), o CTA-ZM, o Pólo Regional Zona da Mata da FETAEMG, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), a ONG Sociedade Amigos de Iracambi; além de representantes de Instituições Públicas: o Centro Tecnológico da Zona da Mata da EPAMIG, a EMATER – MG; o IEF/PESB; e a Universidade Federal de Viçosa.

A composição do Colegiado reflete uma preocupação grande com a mobilização e a articulação de diferentes atores sociais, mas todos envolvidos no contexto da agricultura familiar. Isso pode ser questionado, uma vez que deixa de envolver outros setores da sociedade civil incluídos no território, refletindo um alcance, de certa forma, setorial. Segundo Mônica Schröder, no relatório de qualificação do PTDRS (2006b), a maioria dos municípios do Território apresenta características e trajetórias muito ligadas ao mundo rural, como baixa densidade demográfica e pouca intensidade no processo de urbanização, com predomínio de pequenas propriedades rurais, além de compartilharem um histórico ligado à ocupação por meio da cafeicultura. Os agricultores familiares, portanto, são considerados um grupo bem representativo do território. No entanto, alguns municípios fogem à regra, especialmente Muriaé, um município com população urbana e densidade demográfica bem mais elevada, e



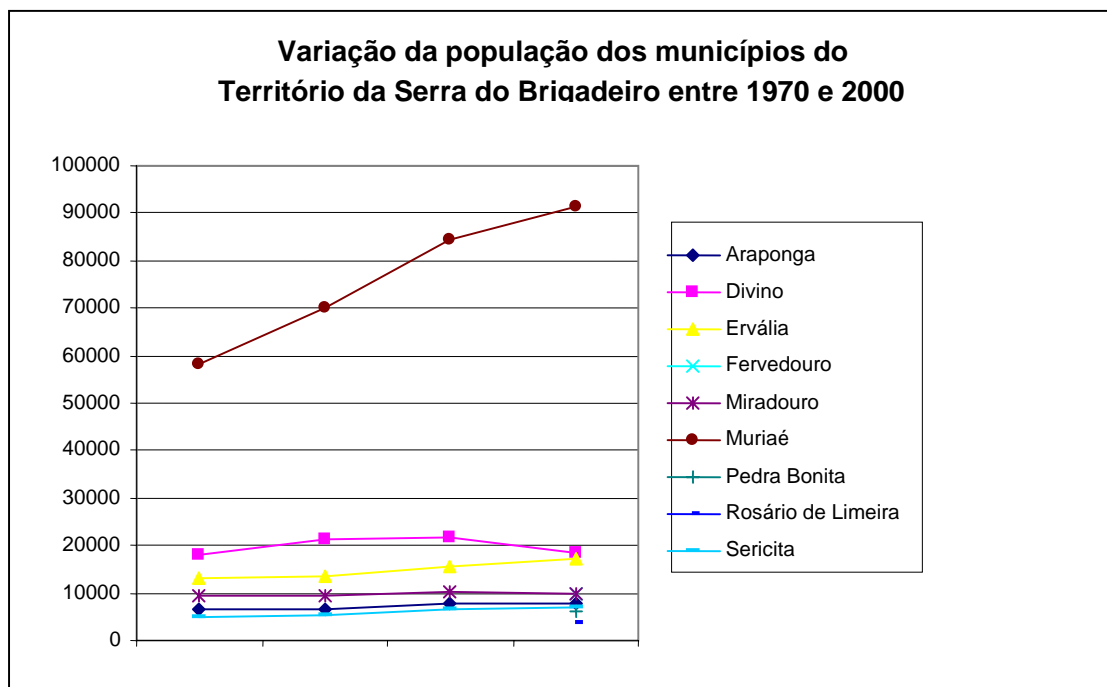
onde a agricultura não desempenha o principal papel na economia municipal, como pode ser verificado nas tabelas e nos gráficos a seguir.

POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS  
DO TERRITÓRIO SERRA DO BRIGADEIRO, MG – 2000

Municípios	População Urbana	População Rural	%	População Total	%	Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup>
Araponga	2.537	5.374	67,9	7.911	100,0	26
Divino	8.668	9.757	53,0	18.425	100,0	54
Ervália	7.555	9.455	55,6	17.010	100,0	48
Fervedouro	3.714	5.956	61,6	9.670	100,0	27
Miradouro	4.915	4.852	49,7	9.767	100,0	32
Muriáé	83.245	8.173	8,9	91.418	100,0	108
Pedra Bonita	1.303	4.934	79,1	6.237	100,0	38
Rosário da Limeira	1.645	2.062	55,6	3.707	100,0	33
Sericita	3.020	3.970	56,8	6.990	100,0	42
<b>Território</b>	<b>116.602</b>	<b>54.533</b>	<b>31,9</b>	<b>171.135</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

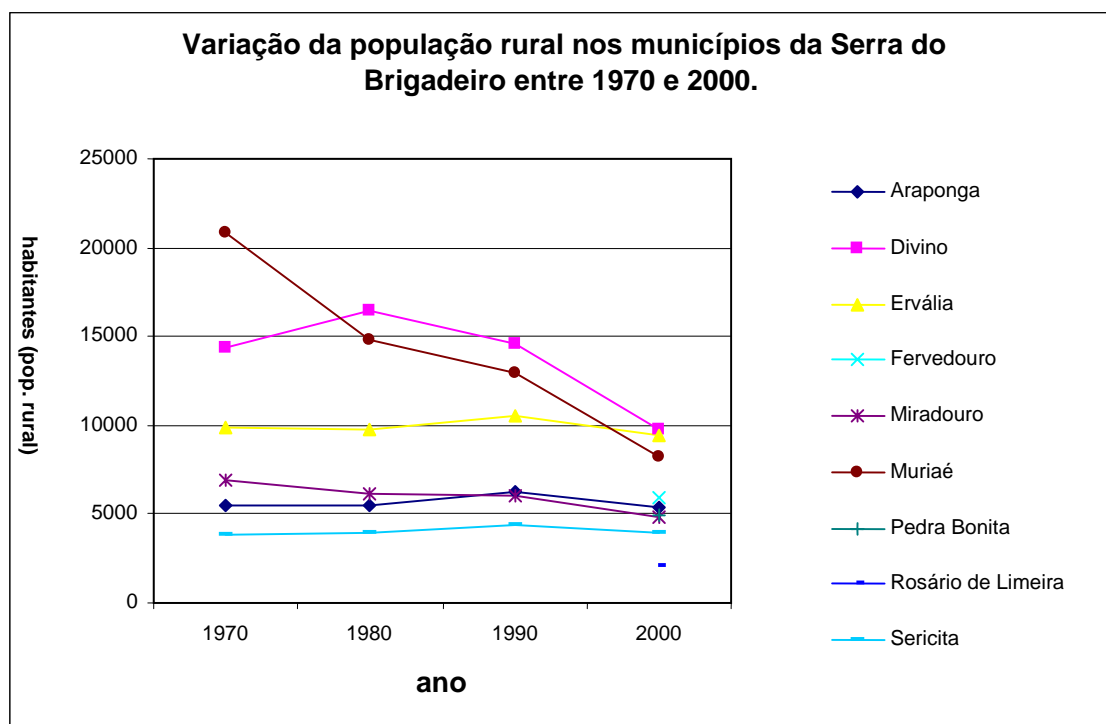
**Figura 5:** População urbana, rural e total e densidade demográfica, segundo municípios do território da serra do brigadeiro, - MG, 2000, com base em dados do Censo Demográfico, 2000.

Fonte: BRASIL/MDA/SDT/PLURAL, 2006b.



**Figura 6:** Varição da população dos municípios do Território da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000.

Fonte: CTA-ZM, 2004a.



**Figura 7:** Variação da população rural dos municípios da Serra do Brigadeiro entre 1970 e 2000.  
Fonte: CTA-ZM, 2004a.

Nota-se que o município de Muriaé foi o que mais cresceu nas últimas três décadas. Sua população passou de 58.153 habitantes em 1970 para 91.418 em 2000, representando um aumento de 57% do tamanho total da população. Por outro lado, a população rural caiu de 36% para 9% do total municipal, no mesmo período, o que leva a acreditar em um acentuado processo de êxodo rural e urbanização acelerada. Neste município, expressivamente maior que os outros municípios do Território da Serra do Brigadeiro, a maior parte da população reside em áreas urbanas, assim como Miradouro, ainda que não tenha população total que destaque frente à dos outros municípios. Isso pode ser analisado tendo em vista também que estes são dois dos municípios cortados pela rodovia BR 116 e próximos à rodovia BR 262, o que já indica elevada dinâmica populacional e pode demonstrar maior possibilidade de existência de

outros setores econômicos tão ou mais expressivos que a agropecuária, como pode ser analisado nas tabelas seguintes.

ESTRUTURA DO PIB MUNICIPAL POR SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA, SEGUNDO  
MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO SERRA DO BRIGADEIRO, MG – 2003

Municípios	Agropecuário (%)	Industrial (%)	Serviços (%)	Total (%)
Araponga	37,7	5,7	56,5	100,0
Divino	25,8	6,3	67,9	100,0
Ervália	21,1	16,3	62,6	100,0
Fervedouro	29,5	7,8	62,7	100,0
Miradouro	18,7	34,8	46,4	100,0
Muriaé	5,6	28,0	66,4	100,0
Pedra Bonita	33,1	8,4	58,5	100,0
Rosário da Limeira	31,0	8,4	60,5	100,0
Sericita	30,5	9,2	60,3	100,0
<b>Território</b>	<b>13,0</b>	<b>22,9</b>	<b>64,0</b>	<b>100,0</b>
<i>Território/Zona da Mata</i>	<b>8,8</b>	<b>4,5</b>	<b>7,0</b>	<b>6,4</b>
<i>Território/Minas Gerais</i>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,7</b>	<b>0,5</b>

**Figura 8:** Estrutura do PIB municipal por setores da atividade econômica, segundo municípios do Território Serra do Brigadeiro, MG – 2003, com base em dados da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Centro de Estatística e Informações (CEI).

Fonte: BRASIL/MDA/SDT/PLURAL, 2006b.

## PARTICIPAÇÃO DO PIB MUNICIPAL POR SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA NO PIB

SETORIAL DO TERRITÓRIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO SERRA DO BRIGADEIRO, MG

– 2003

Municípios	Agropecuário (%)	Industrial (%)	Serviços (%)	Total (1) (%)
Araponga	8,6	0,7	2,6	3,0
Divino	16,6	2,3	8,9	8,4
Ervália	13,7	6,0	8,2	8,4
Fervedouro	8,5	1,3	3,7	3,8
Miradouro	9,2	9,8	4,7	6,4
Muriaé	27,4	77,4	65,7	63,4
Pedra Bonita	6,0	0,9	2,2	2,4
Rosário da Limeira	3,8	0,6	1,5	1,6
Sericita	6,3	1,1	2,5	2,7
<b>Território</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Nota (1): Inclui a intermediação de serviços financeiros.

**Figura 9:** Participação do PIB municipal por setores da atividade econômica no PIB setorial do Território, segundo municípios do Território Serra do Brigadeiro, MG – 2003, com base em dados da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Centro de Estatística e Informações (CEI).

Fonte: BRASIL/MDA/SDT/PLURAL, 2006b.

Existem muitos outros setores da sociedade civil que poderiam estar articulados neste território, buscando interligar diferentes dimensões sociais no processo de desenvolvimento, podendo, inclusive, contribuir para a compreensão do espaço rural para além da atividade agrícola, incorporando os novos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que compõem o campo brasileiro hoje. No entanto, essa preocupação em incluir outros setores da sociedade no território não parece estar presente na Serra do Brigadeiro, nem tão claramente definida pelo MDA, que – diga-se de passagem – é um ministério criado em função da

necessidade de projetar novos olhares e elaborar políticas públicas a partir de demandas da agricultura familiar, historicamente menos assistida no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. Em virtude disso, o que se percebe entre alguns atores envolvidos no território é que há, de certa forma, uma defesa desse território como um espaço conquistado pela agricultura familiar, uma questão tanto econômica quanto política, como pode ser observado na fala de uma das pessoas entrevistadas: “*Se o recurso vem do MDA, é ministério do desenvolvimento agrário, é terra, é lá na roça, e aí como que nós vamos desenvolver a agricultura?*” (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

Quando Ministério do desenvolvimento **agrário** lançou o programa [Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais] as organizações ligadas à agricultura familiar, as secretarias ligadas à agricultura, viram no programa uma oportunidade de ocupar um espaço que não era oferecido pra parte da agricultura. (...) É um programa que privilegia a agricultura familiar, então o povo agarrou isso aqui de maneira muito forte e isso leva ao pessoal não ver com bons olhos a discussão de outros vieses de desenvolvimento (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008, grifo nosso).

Por outro lado, ter o foco na agricultura familiar não é necessariamente restringir ao desenvolvimento de ações em torno da produção e da comercialização agrícola. Isto parece claro no PTDRS, que indica como Eixos do Território – definidos em oficinas territoriais a partir de um DRP realizado nos municípios que compõem o território – a preservação e a recuperação do meio ambiente; o turismo rural; a agricultura familiar diversificada; a agroindústria familiar; o artesanato; e a cultura.

Outro aspecto é importante ser ressaltado no que se refere à composição do colegiado. O fato de estarem representados grupos sociais ligados à agricultura familiar não quer dizer que haja uma única forma de organização, que existam posicionamentos políticos coincidentes

e interesses convergentes. É possível identificar no colegiado tensionamentos do território que têm origem nessas diferenças entre grupos, ou mesmo entre sociedade civil e poder público, diferenças expressas nas relações de poder que se estabelecem na sociedade e que não deixam de existir dentro do colegiado.

Isso é refletido nas principais dificuldades apontadas pelas pessoas entrevistadas, em relatos de reuniões e em documentos cedidos pela Secretaria Executiva, parte de uma atividade de monitoramento e avaliação das ações do território realizada em 2008. Dentre esses desafios cabe aqui citar os desafios de: envolver mais ativamente os agricultores familiares do território; buscar uma intervenção mais qualificada dos representantes no colegiado; buscar mais interação entre sociedade civil e poder público; e evitar que o território seja uma forma de simplesmente captar recursos e contribuir de fato para um processo de amadurecimento e desenvolvimento.

#### **4.1- O desafio da participação dos agricultores e agricultoras familiares**

Como apresentado no PTDRS, o território tem como foco prioritário de atuação as comunidades do entorno do PESB, por serem locais pouco assistidos, onde até mesmo o sindicato tem dificuldades de alcance e, também, por serem bem representativos da identidade que confere à Serra do Brigadeiro seu caráter territorial. No entanto, o envolvimento dessas comunidades está muito aquém do que se pretendia. Na prática, essas comunidades têm representantes dentro do Colegiado, mas, em muitos casos, o alcance da política não vai muito além da representação. Não só no caso destas comunidades. Como avaliado pelos entrevistados, uma das maiores dificuldades hoje no território é possibilitar o envolvimento significativo dos agricultores familiares do território e de fazer com que as ações atinjam e promovam transformações na vida destes, como pode ser exemplificado na fala de três pessoas:

O grande desafio, na minha concepção, é fazer com que os agricultores, as agricultoras, participem um pouco mais ativamente (Depoimento de representante da ARTR no dia 27 de outubro de 2008).

Grande dificuldade é a participação: não é participação de estar presente, mas de entender e conseguir dar um palpite, ver aquilo que é melhor, que querem mesmo (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

O programa ainda não chegou nos agricultores. O programa trouxe os agricultores pra dentro do colegiado e tudo, deu poder, mas a questão econômica dos projetos chegarem até lá, acredito que ainda não tenha chegado (...) Em termos da representatividade sim (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).



A grande dificuldade de envolvimento mais significativo, mais qualificado e que tenha respaldo no grupo representado é um desafio não somente em relação aos agricultores. Há dificuldades de compreensão da política de desenvolvimento territorial por parte de vários representantes no CODETER e no Grupo Gestor. Nos grupos representados a dificuldade se mantém, o que dificulta a discussão, a reflexão e o amadurecimento dos grupos que atuam diretamente nas “bases” e dos seus representantes no território e, por conseguinte, dificulta o aprendizado político do grupo responsável pela gestão do território. Esse é mais um dos fatores que acaba levando a formas de atuação e envolvimento diferenciadas no colegiado e ampliando ainda mais a distância dos agricultores familiares do território. O desafio de buscar intervenções mais qualificadas no colegiado será discutido mais adiante, trazendo novos elementos a essa questão.

A outra dificuldade, de *“fazer com que o território chegue aos agricultores”*, vai desde os limites da representação até a forma de execução das ações territoriais. Como dito por uma das pessoas entrevistadas, *“A representatividade nem sempre atinge o que as pessoas queriam. Cria-se uma estrutura pro agricultor, mas às vezes aquilo não chega até a ponta. Isso me agonia bastante”*. (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008). A questão da legitimidade da representação é um problema que enfrenta qualquer grupo, fórum ou organização que atua em função do interesse e das necessidades de um coletivo. Entre os entrevistados alguns pontos foram levantados como fatores que dificultam essa representação. Um destes, presente na fala de quase todos os entrevistados, parece ser o grande desafio vivido por muitas organizações de base hoje. É o fato de que a representação, por exigir um trabalho diferenciado, demandar tempo para discussão, negociação, articulação,

etc., acaba se tornando uma profissão, o que distancia um pouco o representante do grupo social do qual ele faz parte:

À medida que vai crescendo começa a virar político, como se fosse uma prefeitura, começa a montar escritório e ficar ali, perde o contato com a base. É que nem uma planta sem raiz que perde o contato com a terra. Não está mais na terra, ela fica superficial. Dentro de um vaso, por exemplo, a planta até vai, tem a terra ali, mas tem um plástico que está ali colando que não deixa a raiz ir muito pro fundo, tem um pouco, mas não tem uma raiz profunda (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

Isso fica claro, segundo uma pessoa entrevistada, quando o colegiado precisa marcar data pra um evento:

Agricultor quer final de semana, e o pessoal do poder público quer durante a semana e até os representantes dos agricultores querem durante a semana, porque não estão mais ligados à atividade agrícola, é um conflito enorme que temos no território (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).

Nesse ponto também é possível estabelecer uma ligação com a dificuldade de descentralização, refletida na escolha dos locais de reunião e da localização da sede da secretaria executiva. Ocorre sempre um revezamento de municípios para sediar as reuniões, oficinas e encontros. No entanto, estas são sempre nas áreas urbanas. Existe uma recomendação, no regimento interno, para que a secretaria também mude frequentemente de município, mas a secretaria, por ter um papel de articulação dentro e fora do território, necessita de certas infra-estruturas como boa conexão de Internet e telefone, condições nem sempre disponíveis nas pequenas cidades. Isso às vezes é visto como um problema para a aproximação com os agricultores, como argumenta uma das pessoas entrevistadas:

Estamos discutindo é agricultura, vai ficar na maior cidade? [a secretaria] A agricultura está é no campo, tem que ficar é nas pequenas cidades que estão mais perto do campo. Quanto menor for a cidade mais representa a agricultura. Tem que conviver com aquela realidade ali, se não você não vai conseguir entendê-la, vai ter é teoricamente uma idéia, mas não a convivência (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro de 2008).

Esta fala evidencia que há um desejo de que haja maior aproximação entre secretaria executiva e atores sociais locais. No entanto, nem sempre é a localização geográfica que determina se vai haver ou não essa aproximação. Pode ser necessário, inclusive, que a secretaria se localize em municípios mais centrais, ou com facilidade de acesso aos vários municípios do território. E isso também depende da capacidade que as pessoas têm de dialogar, de criar uma rede de comunicação que possibilite a circulação das informações entre todos os envolvidos, depende da capacidade de elaborar estratégias de aproximação, como, por exemplo, estar presente em ações mais localizadas, estabelecendo conexões com a escala territorial.

O contato com a “base” é, portanto, um desafio que demanda novas estratégias nas instâncias territoriais e, inclusive, necessita de novas formas possíveis de atuação das políticas da SDT/MDA, que passa tanto pela demanda de ações que possibilitem um diálogo maior com a base até estratégias de melhorar o entendimento das próprias políticas, como argumenta uma das pessoas entrevistadas:

Outra coisa que é da política: não tem condição, recurso nenhum, nada, de fazer com que a gente seja realmente um interlocutor desse espaço, na área de atuação. A gente faz, lógico, aquele que já ta entendendo melhor com certeza vai começando a colocar isso melhor, vai atuando melhor com isso, mas o que tem menos essa compreensão, o público dele fica menos representado, com menos interação (Depoimento de representante da ARTR no dia 27 de outubro de 2008).

Outro fator – colocado por pessoas entrevistadas e que pode ser observado em reuniões do colegiado e do Grupo Gestor – traz vários problemas em relação à representação, e vai além, refletindo as concepções sobre a política, a articulação territorial e o sentido de um desenvolvimento sustentável no território. É a vinculação direta da idéia de território com a captação de recursos, limitando a ação do colegiado ao objetivo de elaborar e aprovar projetos de infra-estrutura e de capacitação. Como colocado por pessoas entrevistadas, *“existe muito ainda a percepção como oportunidade de recursos. O grande motor do território é o recurso territorial, projetos”*. (Depoimento com representante do CTA-ZM no dia 30 de outubro de 2008).

Infelizmente, com o amadurecimento que nós temos ainda, essa é uma das coisas que faz as pessoas participarem ou não. A pessoa quer participar, mas quer ter um benefício pela participação. Nem sempre um benefício individual, mas a nível de comunidade mesmo, ou município. Os municípios que conseguem implementar mais ações participam mais, os municípios que tem mais dificuldades do local para apresentar algum projeto participam menos (Depoimento de representante da ARTR no dia 27 de outubro de 2008).

Como afirmou outra pessoa, representante da secretaria executiva, em entrevista no dia 27 de outubro de 2008, muitas prefeituras vêem o território como uma possibilidade de conseguir recursos para os municípios e é por isso que se não houver muito cuidado no colegiado, o período de apresentação e priorização de projetos pode virar um “leilão”. Isso atrapalha muito a construção de uma idéia de território entre os participantes e as organizações ou grupos representados, além de dificultar a articulação entre estes e, sobretudo, entre municípios.

Apesar de ainda existir uma grande preocupação com o acesso a recursos, há a expectativa de que isso possa estar diminuindo com o passar do tempo e com o amadurecimento dos atores do território, como afirma outra pessoa entrevistada:

O que tira as pessoas de casa pra ir pra reunião do território? Em 2003 era só a possibilidade de acessar recursos, em 2004 também, praticamente. Eu acho que isso vem diminuindo, ao longo do tempo as pessoas vão vendo outras motivações pra sair e pra ir no espaço do território, pra interagir com ele, pra apostar... O pensamento assim: vamos trazer benefícios pra região, pra agricultura familiar, mesmo que não seja a minha organização, coletivamente isso vai ser bom pra todo mundo (Depoimento de representante do CTA-ZM no dia 30 de outubro de 2008).

O fato de haver tanta mobilização para garantir recursos não é muito difícil de compreender, pois, na prática, concretamente, o que o território movimenta é recurso para *projetos de investimento*, para construção de infra-estruturas e aquisição de equipamentos, e *projetos de custeio*, para realização de atividades de capacitação e formação, que tenham uma função territorial e não atendam a interesses específicos. Ou seja, o que se visualiza do território são grandes projetos que, fazendo uma generalização, segundo uma pessoa entrevistada, são “*os mesmos projetos grandes que antes eram realizados e sempre vieram recursos, só que agora eles são aprovados ou não e geridos pelas organizações sociais*” (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008). Entretanto, com tantas dificuldades encontradas, o resultado desse projeto nem sempre chega aos agricultores. No caso dos recursos de projetos de custeio o alcance é um pouco menos complicado, mas a quantidade de recurso destinada pela SDT/MDA para esse tipo de projeto sempre foi menor. A partir de um determinado período começou a haver uma divisão melhor do recurso entre projetos de investimento e de custeio, mas a utilização destes recursos é cada

vez mais complicada e mais burocratizada, fazendo com que as organizações deixem de utilizá-los. Como argumenta uma pessoa entrevistada,

Durante um evento com os agricultores a gente não pode combinar um almoço na casa de um agricultor (que pode vir a constituir um restaurante), não pode comprar os alimentos que os agricultores produzem, têm que ser tudo em licitações (Depoimento de representante do CTA-ZM no dia 09 de novembro de 2008).

As burocracias exigidas pela SDT/MDA impedem a utilização dos recursos por esses meios, o que é justificado por evitar formas de má utilização do dinheiro público mas, por outro lado, isso impede os grupos e sujeitos locais de terem mais flexibilidade e de, inclusive, reconhecerem a importância e possibilitarem outras estratégias de fortalecimento da agricultura familiar, como exemplificado anteriormente o caso de um agricultor que está começando a desenvolver outras atividades econômicas em sua propriedade, provavelmente ligadas ao turismo rural.

A forma e o tempo de execução de muitos projetos também têm dificultado a viabilidade do projeto e a participação dos agricultores familiares. Existem infra-estruturas que correm o risco de ficarem inutilizadas em decorrência, por exemplo, do local em que foram construídas, às vezes mal localizadas do ponto de vista do acesso aos agricultores e aos consumidores. A demora para execução dos projetos também constitui um problema. Corre-se o risco de haver uma mudança nas estratégias dos agricultores, uma vez que todo o processo, desde a apresentação do projeto até o término da execução e entrega para as organizações, é normalmente muito demorado. Como relatado por uma das pessoas entrevistadas, este é o caso do galpão de armazenamento de café agroecológico e orgânico em Divino, que tinha como objetivo atender a uma demanda de agricultores familiares deste município e de outros

municípios próximos. A discussão surgiu entre os sindicatos no início de 2004. No fim do ano ficaram sabendo da possibilidade de fazer deste um projeto do território, que estava então em sua fase inicial. Seis meses depois puderam apresentar o projeto, que foi aprovado. Um ano e meio depois o galpão estava sendo construído e as máquinas haviam sido compradas. No entanto, depois de três anos desde o surgimento da idéia, as estratégias da região já haviam mudado e se não forem repensadas as formas de utilização, a estrutura vai ficar ociosa. Este no entanto pode não ser somente um problema do tempo de execução, mas, talvez, também, de preparação das organizações do território para lidar com estratégias a médio e longo prazo.

No entanto, essas dificuldades não são generalizadas. Existem projetos que estão conseguindo o envolvimento dos agricultores, gerando expectativas e caminhando no sentido da articulação em rede e da construção de novas alternativas para o espaço rural. É o caso, por exemplo, da Escola Família Agrícola Puris, em Araponga. A construção da infra-estrutura da escola atrasou anos, mas isso não impediu que as organizações dessem início às atividades, improvisando salas de aulas e dormitórios na propriedade de um dos agricultores. Atualmente a obra está em fase de conclusão e durante todo esse tempo os agricultores se mantiveram mobilizados, até mesmo como uma forma de pressão sobre o poder público, para que o projeto fosse executado. Enfim, é preciso reconhecer boas experiências de envolvimento dos agricultores e de resultados positivos na operacionalização de projetos, mas é necessário também buscar novas estratégias de participação no território. Como coloca um dos entrevistados, representante da ARTR, no dia 27 de outubro de 2008, é preciso encontrar “portas” para as comunidades entrarem e interagirem no território, contribuindo para que as ações sejam significativas e de fato importantes para a busca do desenvolvimento sustentável

na região. Isso, no entanto, não será conquistado somente com a participação, existem outros desafios, discutidos mais adiante.

#### **4.2- O desafio da interação entre poder público e sociedade civil.**

De acordo com a primeira fase do Monitoramento e Avaliação do Programa de Desenvolvimento no Território da Serra do Brigadeiro, realizado pela Secretaria Executiva<sup>6</sup>, um dos grandes desafios encontrados hoje no território é a interação entre sociedade civil e poder público, o que também foi confirmado pelas falas dos entrevistados e da análise de alguns dados sobre o andamento das metas, os projetos aprovados no CODETER.

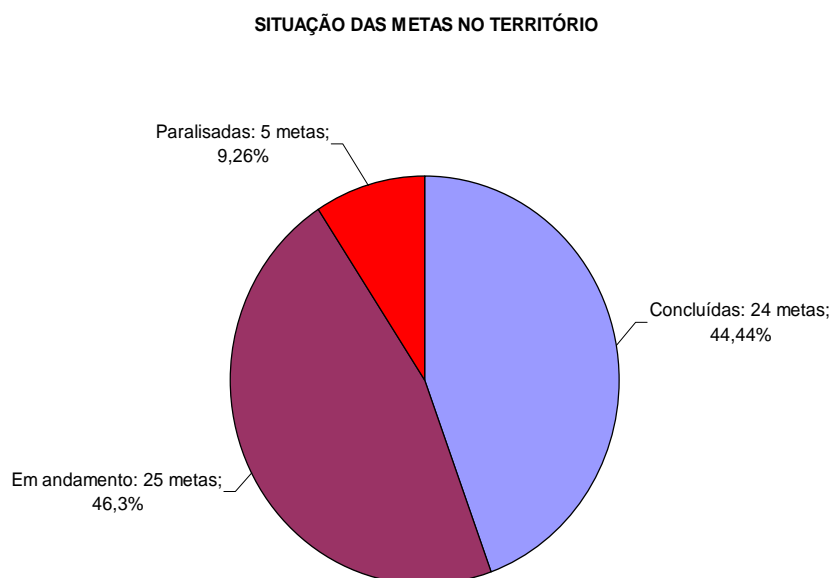
Fazendo um balanço das metas do território de 2003 a outubro de 2008, é possível observar que aproximadamente 44,4% das metas referentes a projetos de investimento foram concluídas, 46,3% estão em andamento e 9,3% estão paralisadas, como mostra o gráfico a seguir (figura 8), disponibilizado pela Secretaria Executiva do Território. Essas metas são definidas no CODETER a partir da priorização de projetos municipais elaborados pelas organizações da sociedade civil e pelo poder público municipal. São metas baseadas em projetos de investimento, incluindo construção de infra-estruturas como Escolas Família Agrícola, Barracão de comercialização, Casa da Cultura, Cooperativa de Crédito, Centro de

---

<sup>6</sup> Na primeira fase de monitoramento e avaliação foram agrupadas informações sobre metas referentes a projetos de investimento e de custeio do Território da Serra do Brigadeiro, verificando o andamento da execução e a situação legal destas metas. Duas organizações e uma prefeitura não enviaram os dados para que o estudo fosse realizado, sendo este, portanto, realizado com parte das metas do território. Avalia-se, entretanto, que estas metas sejam representativas do território e que as situações observadas a partir da análise dos dados se repetem mesmo em metas que não entraram neste estudo, o que pode ser percebido pelas organizações e pela secretaria executiva no dia a dia do território.



classificação e prova de café, Centro de Turismo, e aquisição de equipamentos e veículos. (anexo 1),



**Figura 10:** Situação das metas (referentes a projetos de investimento) no Território da Serra do Brigadeiro em novembro de 2008

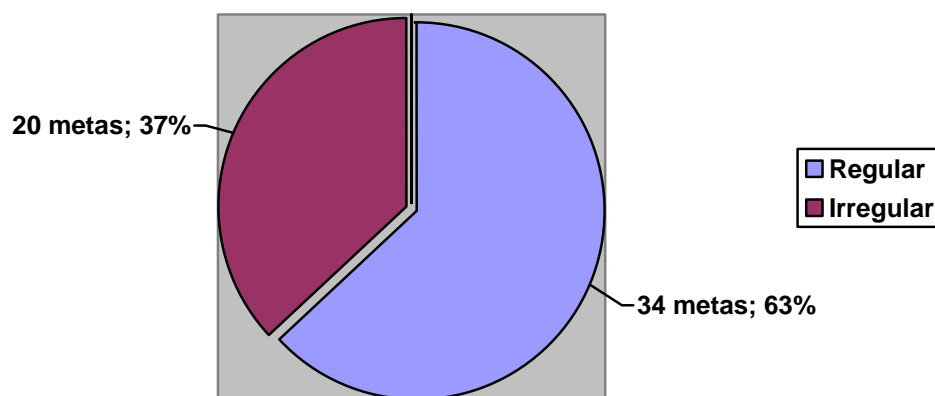
Fonte: Gráfico e dados da primeira etapa de Monitoramento e Avaliação do Território cedidos pela Secretaria Executiva em 24 de novembro de 2008.

Vale ressaltar que as metas de investimento representam maior número de projetos e maior quantidade de dinheiro investido no território, em comparação às metas referentes a projetos de custeio. Dentre as 12 metas referentes a este tipo de projeto, como elaboração do PTDRS, capacitação em cooperativismo e associativismo, mobilização de atores sociais, apoio à gestão territorial, entre outras, 11 foram concluídas e apenas uma ainda se encontra em andamento (Anexo 2). Assim, é possível perceber uma dificuldade maior em relação à

operacionalização de projetos de investimento, que exigem o diálogo entre prefeituras e organizações da sociedade civil.

Dentre as 25 metas referentes a projetos de investimento que estão em andamento, 15 (60%) são consideradas, no monitoramento, metas atrasadas, pois estão em andamento há dois anos ou mais. Estas se somam às paralisadas, formando um total de 20 metas que, para efeito didático são consideradas aqui como metas irregulares. As metas irregulares representam, portanto, 37% do total de metas referentes a projetos de investimento. Dessa forma, apenas 34 metas, pouco mais de 63%, são consideradas, aqui, em situação regular: concluídas ou em andamento há menos de dois anos. Isso sem falar nas metas que não possuem contrato de comodato, que representam 62% das metas concluídas. Este contrato é o que garante o empréstimo gratuito dos bens adquiridos via prefeituras para as organizações proponentes dos projetos territoriais, o que será discutido posteriormente.

**Avaliação da situação das metas referentes a projetos de investimento no Território da Serra do Brigadeiro**



**Figura 11:** Avaliação da situação das metas (referentes a projetos de investimento) no Território da Serra do Brigadeiro.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados cedidos pela Secretaria Executiva em 24 de novembro de 2008.

Esses dados, destacando a presença de uma grande quantidade de metas atrasadas e paralisadas (irregulares) e metas concluídas sem contrato de comodato – discutidas mais adiante – refletem que há uma situação problemática na execução dos projetos territoriais, a qual pode estar ligada, dentre outros fatores, à dificuldade de interação entre sociedade civil e poder público que, de acordo com o que pôde ser pesquisado, pode ser traduzida, neste momento, em falta de diálogo entre as partes, tanto na elaboração quanto na execução das metas em nível municipal; presença de interesses divergentes; existência de territórios diferentes; e pouco preparo institucional de ambas as partes para lidar com a política de desenvolvimento territorial. Isso, muitas vezes, pode fazer com que as ações demorem a ser realizadas, fiquem paralisadas ou deixem de ser executadas e, quando são realizadas, em alguns casos, são modificadas e com isso ficam comprometidas ou, ainda, não são legalmente repassadas ao território.

Essas dificuldades de interação entre sociedade civil e poder público têm uma trajetória anterior à criação do território. As organizações que estão no território hoje já se articulavam anteriormente, de várias maneiras. Já havia um pensamento de desenvolvimento regional, o que é fácil ser verificado na existência de organizações como o CTA-ZM, o CEIFAR, a Associação Escola Família Agrícola e organizações de agricultores como a Associação Regional dos Trabalhadores Rurais, dentre outras. Essas organizações, que já faziam ações que ultrapassavam os limites municipais sempre encontraram dificuldades de diálogo com o poder público.

Um exemplo das falhas na comunicação entre organizações da sociedade civil e poder público municipal é uma situação vivenciada no município de Divino, no contexto do território. Foi aprovado um projeto de ampliação do mercadinho, para atender melhor à

demanda de comercialização dos produtos da agricultura familiar do município. O mercadinho ficava ao lado do STR. Na hora da execução do projeto descobriu-se que não poderia mais ser no local inicialmente planejado. A prefeitura, executora, comprou um terreno e construiu uma ótima infra-estrutura, em outro lugar. A simples mudança de local ocasionou um grande problema. O STR já não conseguia mais fazer a gestão daquele espaço e a localização não favorecia a aproximação de consumidores. Este é um dos casos em que houve falha no processo de comunicação e uma pequena mudança no projeto fez com que se colocasse em risco todo o objetivo da ação, evidenciando o despreparo e a desarticulação entre os proponentes e os executores do projeto. Hoje está sendo necessário repensar estratégias para que o recurso aplicado não gere uma estrutura inutilizada.

A relação entre poder público e sociedade civil que pode ser visualizada no CODETER acaba por evidenciar um conflito territorial que se mostra presente na criação do Território da Serra do Brigadeiro. A gestão da nova territorialidade transcende a unidade administrativa municipal e a institucionalidade tradicional das organizações do território instituído. Os sujeitos locais, grupos, organizações, prefeituras, EMATER, passaram a ter de lidar com uma outra forma de organização do espaço, mais compartilhada e sem um centro de decisão superior. A EMATER, por exemplo, encontra dificuldades em se encaixar num território que é diferente do seu território de atuação. Este caso evidencia um sobreposicionamento de territórios, envolvendo o território formal do Estado e o Território Rural da Política de Desenvolvimento Territorial. O Território da Serra do Brigadeiro envolve três áreas de atuação regional da EMATER e cada área tem uma gerência. A estrutura hierarquizada de trabalho de seus técnicos, coordenadores e gerentes dificulta um envolvimento mais profundo

desta instituição, pois para cada decisão a ser tomada em cada uma dessas áreas é preciso ter a concordância do gerente responsável.

As prefeituras, por sua vez, tiveram que encontrar uma nova de gestão dos recursos públicos, neste caso, os recursos repassados pelo MDA para o Território. De certa forma, pode-se dizer que elas “perdem” o seu domínio sobre o território municipal, uma unidade administrativa no território formal do Estado, que entra em conflito com o Território Rural, que se sobrepõem em determinados momentos, se afastam ou se entrelaçam em outros. Isso acaba gerando um conflito de relações de poder, gerando possíveis fragilidades na elaboração de projetos e execução das ações em nível municipal.

Os recursos territoriais para projetos de investimento só podem ser repassados pelo MDA ao poder público, neste caso, para as prefeituras do território. Essa é uma das grandes dificuldades encontradas pelas organizações da sociedade civil, que acabam dependendo das prefeituras para a operacionalização dos projetos e muitos destes acabam ficando, de certa forma, vinculados ao território municipal, pois é difícil a compreensão de que o recurso que vai para a prefeitura não serve ao município como um todo, e não são geridos da mesma forma que os recursos municipais. O recurso territorial pertence a um conjunto de municipalidades e é investido em projetos definidos por um grupo diversificado de atores sociais.

Em função disso há pouco amadurecimento entre organizações da sociedade civil e prefeituras. O diálogo acaba sendo feito no sentido da negociação e da barganha e não da cooperação e da ação coletiva. E, dessa forma, muito sujeitos envolvidos acabam vendo as prefeituras como um problema pro território, como pode ser exemplificado a seguir:

O pessoal das prefeituras vê o território assim: é uma possibilidade de trazer recurso pro município. Por isso que a rodada de projetos, se você não tiver cuidado, é um leilão. Cada um quer garantir o seu. O território é muito

importante porque tira as coisas da municipalidade, porque ele proporciona a discussão num âmbito maior, mas isso não quer dizer que ele vai tirar o poder do poder local, (...) as prefeituras continuam determinando muita coisa, principalmente por causa da barganha (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).

[dentro das prefeituras] Não existe essa concepção de empoderar no conselho um grupo de pessoas para gerir o dinheiro que entra ali na prefeitura pra isso (Depoimento de representante da EMATER no dia 30 de outubro de 2008).

Alguns representantes defendem que deveria haver abertura para que os recursos do território fossem utilizados pelas organizações, para que a sociedade civil pudesse ser executora dos projetos. Se por um lado isso trouxesse facilidades em relação à descentralização e à “desmunicipalização”, por outro lado, poderia trazer outras dificuldades, devido, dentre outros fatores, à falta de preparo para gestão de grandes montantes de recurso (a SDT/MDA determina o limite inferior de 100 mil reais para projetos de investimento) e à existência de enorme burocracia para utilização dos recursos na Caixa Econômica Federal, o que acabaria afastando organizações.

Nos municípios em que não há articulação entre prefeituras e organizações sociais a execução das metas encontra uma série de complicações. Quando há divergência política entre estes, a situação é ainda mais difícil e piora quando tudo isso é combinado à desinformação dos grupos, à falta de preparo dos representantes, que podem levar ao desinteresse e à não priorização dessas ações no conjunto de tarefas que ambos os grupos precisam realizar, como exemplifica um representante da EMATER, entrevistado no dia 30 de outubro de 2008: *“existem interesses totalmente diversos. Prefeitos têm interesses diferentes, uns compreendem [a idéia de território e a política de desenvolvimento territorial] outros não, da mesma forma as pessoas”* (depoimento de representante da EMATER no dia 30 de outubro de 2008).

É difícil desvincular a questão política quando se trata de um espaço de decisões e ações que influenciam diretamente no território e que se desenvolvem dentro de um campo institucional. As relações sociais estão emaranhadas em complexas relações políticas e de poder entre grupos e sujeitos. Em municípios pequenos, com mais intensidade do que nos grandes, os posicionamentos políticos ficam muito evidentes socialmente. A existência de divergências políticas e político-partidárias locais acaba dificultando o diálogo nos municípios, como pode ser exemplificado nas falas de pessoas entrevistadas:

A prefeitura vê os projetos como algo que vai beneficiar os agricultores, que vai fortalecer, até, uma posição política contrária do que eles pensam: autonomia pros agricultores fortalecimento pros agricultores. Pra prefeitura isso muitas vezes não é interessante (Depoimento de representante da ARTR no dia 27 de outubro de 2008).

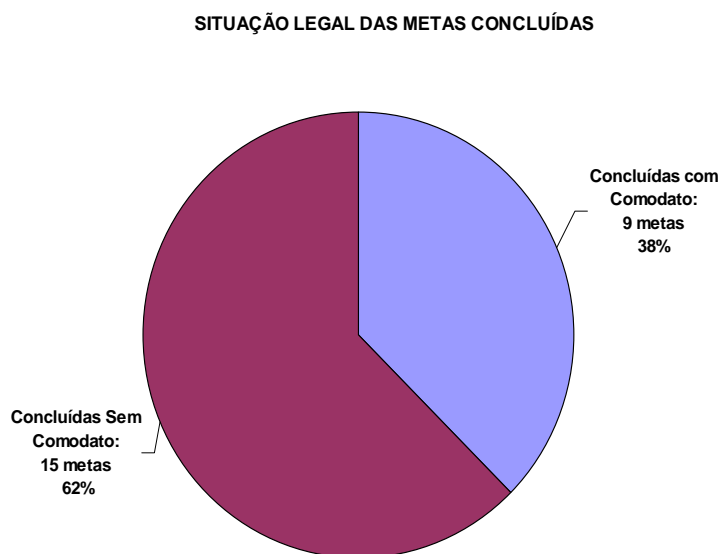
Para a maioria dos prefeitos o território é mais um estorvo. Porque quando tem que ter participação das pessoas, eu não vejo que os prefeitos vêem isso com bons olhos, eles querem um dinheiro que ninguém dê palpite (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro e 2008).

Em outros casos, é possível notar que existe também um entendimento de que haja pouca valorização do espaço rural e da atividade agrícola, especialmente da agricultura familiar, por parte de prefeituras:

Quando se trata de agricultura, infelizmente a maioria não tem interesse. A maioria das infra-estruturas, quando é na cidade, rapidamente eles encaminham, mas quando é na zona rural... Pra zona rural a resistência é grande e com um prefeito que tem já um tempo de conhecimento, já participou de organizações, CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] e mesmo assim tem dificuldades (Depoimento de representante da AEFA no dia 02 de novembro e 2008).

Outra questão que envolve a negociação nas prefeituras é em relação aos termos de comodato. De acordo com o Art. 579 da Lei N° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o comodato é definido como o “*empréstimo gratuito de coisas não fungíveis*” (BRASIL, 2002), que “*perfaz-se com a tradição do objeto*” (BRASIL, 2002). O recurso do território, como já foi dito, passa pelas prefeituras. As prefeituras, portanto, têm que conceder a posse ou, legalmente, o empréstimo gratuito por meio de comodato, da infra-estrutura ou do equipamento às organizações que foram proponentes do projeto e que darão continuidade às metas propostas. O termo de comodato assegura essa transferência de posse por determinado período, a ser estipulado pelos envolvidos. No entanto, como mostrado na primeira etapa do monitoramento do programa, como mostra a figura a seguir, poucas são as metas concluídas que foram legalmente repassadas às organizações responsáveis. Ou, no caso de algumas que o foram, o termo tem uma durabilidade muito curta, pois não há, ainda, um modelo de comodato que seja padrão para o território.





**Figura 12:** Situação legal das metas (referentes a projetos de investimento) concluídas no Território da Serra do Brigadeiro.

Fonte: Gráfico cedido pela Secretaria Executiva em 24 de novembro de 2008.

Entretanto, é preciso olhar para as prefeituras também por outro ângulo. As prefeituras vivem, diariamente, outra dinâmica de organização e diálogo com a sociedade civil, que infelizmente ainda é pouco participativa, muito centralizada, fechada nos limites do município e ainda com traços, muitas vezes marcantes, de uma política coronelista. No corpo operacional das prefeituras não há um cargo que se responsabilize pelo desenvolvimento do território, que possibilite que uma pessoa acompanhe de forma mais qualificada – técnica e politicamente – as ações territoriais e parece não haver um debate interno que possibilite a reflexão e uma melhor intervenção dos representantes.

De acordo com uma pessoa entrevistada no dia 30 de outubro de 2008, representante do CTA-ZM, isso gera até certa discrepância se comparado às organizações sociais que, por mais que tenham dificuldades de entendimento da política e da teoria que envolve o desenvolvimento territorial, têm certo acúmulo de debates políticos e muitas destas participam

de ações do CTA-ZM, que tem como dois de seus objetivos institucionais, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e a promoção da agroecologia nos espaços de política pública. Assim,

Você não vê nas prefeituras uma intervenção qualificada. Pessoas participando, mas interagindo de uma forma muito mais operacional. Às vezes o pessoal dos sindicatos, de uma cooperativa do município discute uma proposta e a prefeitura operacionaliza (...) Quando essa discussão aflora [agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento sustentável...], uma coisa mais profunda, o povo fica bem retraído, normalmente. Às vezes até interessado. Não tem mais esse preconceito 'as prefeituras não querem nada'. As pessoas às vezes querem, mas às vezes é algo totalmente novo, a pessoa nunca se deparou com conteúdo maior, então a capacidade de dialogar é muito pouca (Depoimento de representante do CTA-ZM no dia 30 de outubro de 2008).

Como argumentado por outra pessoa, representante da ARTR, no dia 27 de outubro de 2008, as prefeituras têm muito mais a contribuir do que a operacionalização dos projetos e é importante criar condições para que as prefeituras não mandem apenas representação para o colegiado, mas pessoas que sejam capazes de contribuir para as discussões, alguém que possa, inclusive, influenciar nas políticas públicas, que consiga fazer um debate também pela via governamental. Para isso, acrescenta que é necessário *“começar o inverso, começar a levar a discussão política pra lá [prefeituras] também”* (Depoimento de representante da ARTR no dia 27 de outubro de 2008). Para além de uma intervenção qualificada, a maior participação das prefeituras pode contribuir também para a atuação em um conjunto mais diversificado de dimensões da vida social, incluindo melhor, por exemplo, aspectos relacionados à saúde, à educação e ao turismo. Isso, entretanto, tem que ser feito na perspectiva do diálogo, da horizontalidade das relações, respeitando a importância do envolvimento das populações locais. A gestão social é inclusive muito enfatizada pela SDT/MDA, como exemplifica uma pessoa entrevistada: *“Essa coisa da sociedade civil, é uma tecla que eles batem muito. Vai*

*criar comissão, vai em encontro, que tenha maioria da sociedade civil”* (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).

## 5- As redes no Território da Serra do Brigadeiro

Segundo Castells (1999b), redes são conjuntos de nós interconectados que configuram a nova morfologia social das sociedades, e sua lógica influencia decisivamente nos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Pode-se dizer que as redes são o resultado de relações humanas construídas entre fixos e fluxos (SILVA, 2004), e constituem uma forma de organização reticulada, articulada em meio a uma dinâmica espacial que reúne materialidade e imaterialidade, aquilo que está visível no espaço e aquilo que o movimenta e lhe traz significados. É importante ressaltar que tais redes não abrangem apenas como estruturas físicas. Elas são, antes, articulações sociais e simbólicas no espaço.

As redes envolvem os fluxos internos e externos aos territórios e possibilitam a compreensão das ligações entre diferentes territorialidades, assim como das suas formas de organização interna. Esses fluxos são desiguais, ora constituem redes territorializantes, ora redes desterritorializantes. São desterritorializantes na medida em que geram fluxos que interligam diferentes lugares, rompendo fronteiras, sejam elas políticas, econômicas ou culturais. Ao mesmo tempo, criam-se fluxos em menores escalas que ao interligarem ações ou grupos sociais, constituem novos limites, novas fronteiras, novos territórios. São, portanto, redes territorializantes.

Essas mesmas redes podem ser também “*funcionais ou instrumentais*” ou “*simbólicas ou de solidariedade*” (HAESBAERT, 2002, p. 123). As funcionais ou instrumentais são aquelas que servem como instrumento de sistemas econômicos ou formas de organização dominantes, que afirmam relações de dependência e subordinação e não se impõem igualmente sobre o território, intensificando as desigualdades socioespaciais, transformando-se

em uma ferramenta privilegiada do poder. Já as redes simbólicas ou de solidariedade constituem-se em contraposição ao sistema dominante, podem ter caráter comunitário, com relações de horizontalidade e reciprocidade. Estas configuram os chamados territórios alternativos, constituídos por espaços nos quais se buscam novas formas de organização e participação social.

As redes possuem um papel fundamental na construção e no desenvolvimento dos territórios. A articulação em rede é uma das formas essenciais para abrir possibilidades de comunicação, coesão e conexão interna de forma democrática, não hierárquica, que estimula a participação e a aprendizagem (ZAPATA, 2007). Um processo participativo pode ser considerado aquele no qual existe um partilhamento de conhecimentos, em uma relação entre sujeitos na qual o ponto de partida para a ação é o saber e a experiência dos sujeitos locais. (COELHO, 2005). Em concordância com esse princípio, o estabelecimento de redes de solidariedade, a ampliação da comunicação, a realização de intercâmbios e trocas entre diferentes lutas sociais e a formação de alianças translocais fortalecem, interligam e potencializam as iniciativas e atitudes territoriais e locais. (FLORES, 2003).

No Território da Serra do Brigadeiro é possível identificar algumas redes, criadas em função de relações de parentesco e vizinhança, relações de trabalho e articulações dos movimentos sindicais e fluxos em função de necessidades de acesso a serviços, mercados, etc. O território mostra-se como um todo dinâmico, que apresenta uma variedade de articulações internas e externas, com municípios vizinhos.

Na parte sul da Serra do Brigadeiro, o município de Muriaé atua como um pólo regional que exerce influência sobre Fervedouro, Miradouro, Divino e Rosário de Limeira. Do outro lado da Serra, a cidade de Viçosa, atua como pólo para os municípios de Ervália e

Araponga. Já nos municípios de Pedra Bonita e Sericita os fluxos de riqueza, pessoas e serviços se direcionam para as cidades de Abre Campo, Rio Casca e Ponte Nova (CTA-ZM, 2004b).

As redes estabelecidas por meio de relações de trabalho e de articulações dos movimentos sindicais remetem a um histórico de mobilização dos trabalhadores rurais em Comunidades Eclesiais de Base, Sindicatos, Associações, Cooperativas, entre outros, e à existência de organizações que realizam Assessoria, Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo uma estatal, a EMATER, e outras de caráter não-governamental, o CTA-ZM e o CEIFAR. A EMATER, normalmente, estabelece parcerias com as prefeituras locais e as equipes locais atuam subordinadas a três gerências regionais da empresa. As equipes de Divino, Fervedouro, Miradouro e Muriaé estão vinculadas à gerência regional de Muriaé. As equipes de Ervália e Araponga vinculam-se à gerência de Viçosa e as equipes de Pedra Bonita e Sericita à gerência de Ponte Nova. O município de Rosário de Limeira é atendido pela equipe local de Muriaé (CTA-ZM, 2004b).

O CTA-ZM e o CEIFAR se articulam mais com as organizações dos agricultores. Por volta do ano 2000, houve uma cisão no movimento sindical da região, fazendo com que alguns sindicatos ficassem vinculados à Associação Regional dos Trabalhadores Rurais (ARTR) e Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) enquanto outros, permaneceram vinculados à Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). Dentre os municípios incluídos atualmente no Território da Serra do Brigadeiro, estavam vinculados à FETAEMG: Pedra Bonita, Rosário da Limeira, Fervedouro, Miradouro e Muriaé, e à ARTR e à FETRAF: Divino Ervália e Araponga. Em virtude disso as duas organizações de assessoria técnica também ficaram mais próximas de sindicatos vinculados a

cada um dos grupos. O CTA-ZM manteve os trabalhos com Divino, Ervália e Araponga, enquanto o CEIFAR, permaneceu mais direcionado a Miradouro, Muriaé e Fervedouro. Evidencia-se, assim, a existência de territórios distintos, mesmo entre as organizações dos agricultores e mais próximas a eles.

Com a criação do Território esses sindicatos foram reunidos e tiveram que voltar a dialogar, voltando a estabelecer algumas conexões. A existência dessa nova rede de articulação não apaga, entretanto, as diferenças entre estas territorialidades constituídas em função da cisão anterior. Como afirma uma pessoa entrevistada:

O espaço do território também proporcionou isso. Fez com que as pessoas se juntassem e de alguma maneira voltassem a se articular, voltassem a pensar ações em conjunto, embora seja muito claro, ainda, a diferença que existe entre esses municípios. O município de Miradouro se articula mais fácil com Muriaé, com Rosário da Limeira, com Fervedouro. E aí de outro lado tem Araponga, Divino, Ervália (...) O território proporcionou isso (eles se juntarem), mas não quebrou as barreiras... (...) as divergências aparecem sim (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).

A questão ambiental também estimulou a articulação entre diferentes atores do território. Quando, por exemplo, a mineração de bauxita no entorno do PESB, entrou na pauta discussão do colegiado, foi encontrado um ponto de união entre a maioria dos atores, solidificado na proteção das áreas naturais do território. Este fato traz certo entendimento da importância do território como forma de resistência: *“A mineração também motivou bastante, quando foi pautada no território. (...) O território é um espaço importante pra resistência”* (Depoimento de representante do CTA-ZM no dia 30 de outubro de 2008).

A própria forma de organização do território, que busca a elaboração e a discussão coletiva de projetos mostra a existência de conexões internas. É possível perceber, portanto, a

existência de redes dentro do espaço de gestão do território. E isso vai além. Como argumenta uma pessoa representante da Secretaria Executiva, entrevistada em 27 de outubro de 2008, , hoje as pessoas já estão se articulando fora da instância territorial, pensando mais conjuntamente seus projetos que não são do território, o que, aliás, já era uma prática na região:

Então a gente tem hoje o CEPEC que tem projeto em parceria com o Iracambi, O Iracambi que tem parceria com o CTA, CTA que tem parceria com CEIFAR, O sindicato de Muriaé que tem essas coisas junto com sindicato de miradouro, fervedouro, e assim vai. (...) você vê a importância que têm os horários do almoço, do café, que o pessoal está conversando, se articulando. Então o território, de certa forma, potencializou essa articulação em rede que já tinha aqui na região, que não é do território não! Mas o território potencializou (Depoimento de representante da Secretaria Executiva no dia 27 de outubro de 2008).

Esse depoimento mostra como já existia um território antes da criação formal do Território da Serra do Brigadeiro e como ele continua sendo construído pelos sujeitos locais, independentemente de sua formalização. Com base nesta fala é possível identificar que existe uma distinção entre o Território Rural (formal) e o território de articulação em rede da região, mostrando que, apesar da tentativa de criação de um território que fosse o território das identidades locais, ainda pode haver uma percepção deste como algo externo, dissociando as diferentes territorialidades. A própria formalidade e as burocracias que envolvem a política de desenvolvimento territorial podem contribuir para isso, à medida que exigem uma série de procedimentos formais para a realização de atividades territoriais.

Existem também as articulações externas do território, que contribuem para a construção de outras redes que podem acabar fortalecendo as relações internas, como encontros que possibilitam a troca de experiências entre representantes de diversos territórios do estado e do país e encontros de articuladores territoriais (no caso do Território da Serra do



Brigadeiro não existe articulador, mas Secretaria Executiva), além da articulação entre políticas públicas. Cada vez mais existe a tendência de políticas públicas vinculadas a outros ministérios serem operacionalizadas nos territórios rurais. É o caso do Programa Saberes da Terra, que será implementado no Território da Serra do Brigadeiro e que faz parte de uma nova política do governo, de criação de Territórios da Cidadania a partir dos Territórios Rurais, estabelecendo uma rede de ações em torno de variadas dimensões da vida nas áreas rurais.

Esse programa vem ampliando os Territórios Rurais dentro da nova concepção de Territórios da Cidadania, tendo como objetivo a

Superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural inclusive as de gênero, raça e etnia por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável com: integração de políticas públicas a partir de planejamento territorial; ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas; ampliação da oferta e universalização de programas básicos de cidadania; e a inclusão produtiva das populações pobres e segmentos sociais mais desiguais, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas. (BRASIL/MDA/SDT, 2008, p.4)

Esse novo programa vem gerando algumas desconfianças, inseguranças e dúvidas dentro do Colegiado, pois incorpora uma variedade maior de dimensões, setores e atores sociais. Se por um lado isso favorece um olhar e uma ação mais integrais das realidades, por outro, gera a desconfiança de que não haverá um atropelo em cima do que já foi construído e conquistado território. Novamente uma questão de territorialidades...

## **6- Considerações finais...**

Em cinco anos de existência do Território da Serra do Brigadeiro várias são as vivências acumuladas pelos grupos e sujeitos envolvidos nos processos de construção e gestão deste território. Vivências nem sempre positivas, mas que acrescentam aprendizados e abrem caminhos para novas estratégias de organização. É possível reconhecer, nessa experiência de articulação e de nova forma de organização do espaço do território, limitações e conquistas. Ainda que carregue muitos desafios, essa experiência é considerada muito relevante e necessária entre os atores locais, por colocar em evidência a importância da população local e abrir espaços para que se amplie cada vez mais a participação nos processos de desenvolvimento local.

Como analisado ao longo do trabalho, no Território Rural da Serra do Brigadeiro são envolvidos grupos específicos que se articulam entorno do fortalecimento da agricultura familiar na região. Isso pode estar também presente em outros territórios, visto que é uma abordagem presente na própria política de desenvolvimento de Territórios Rurais. Se por um lado isso pode ser considerado um limite, por não envolver plenamente todos os grupos e atores sociais presentes nessas áreas, por outro, pode ser visto como um avanço na conquista de espaços e de políticas públicas voltadas para o espaço rural e para a classe de trabalhadores historicamente menos assistida dessas áreas, que se configura na demarcação de um território da agricultura familiar.

Entretanto, por mais que o foco do território seja a agricultura familiar, ficou evidente que ainda há uma dificuldade grande de aumentar e melhorar a participação de agricultores e agricultoras nos processos de tomada de decisão e de fazer com que os projetos realmente

cheguem até essas famílias, principalmente em relação àqueles projetos voltados para a construção de grandes infra-estruturas, que demandam uma nova forma de organização dos sujeitos locais na gestão do espaço. Essas são dificuldades que passam por desafios como a consolidação do CODETER como um fórum mais participativo, a necessidade de criação de novas formas de diálogo entre os atores sociais e entre sociedade civil e poder público, a busca por um melhor entendimento da política de desenvolvimento territorial e da idéia de desenvolvimento a partir de um território, que perpassa a articulação entre diferentes grupos e pessoas e exige uma nova forma – mais compartilhada – de organização socioespacial.

A partir deste trabalho foi possível perceber também que a grande maioria dos projetos de custeio foi concluída e que nenhum deles está paralisado. Este tipo de projeto parece ter uma potencialidade maior de envolvimento dos atores locais, principalmente no momento vivido hoje pelo Território da Serra do Brigadeiro, em que vários projetos de investimento foram realizados ou estão sendo executados e passam a exigir formas diferentes de organização dos atores para potencializar o funcionamento destas estruturas e equipamentos. Priorizar ações de capacitação e formação dos atores e grupos locais parece ser uma boa estratégia para melhorar a participação social e o diálogo entre diferentes atores. No entanto, sabe-se também das dificuldades encontradas para colocar em prática este tipo de projeto, o que acaba fazendo com que grupos do território nem sempre se interessem em executá-los. É preciso, portanto, além de valorizar esse tipo de ação, buscar novas formas para sua operacionalização.

Esta pesquisa mostra, ainda, que o desafio de interação entre sociedade civil e poder público, relaciona-se à existência de diferentes territorialidades e à ocorrência de sobreposicionamentos de territórios, como no caso da relação entre territórios administrativos

convencionais e seus gestores e o novo Território Rural e suas instâncias de decisão e gestão, entre territorialidades já consolidadas simbolicamente e o território instituído pela política do MDA, o que pôde ser observado claramente nos depoimentos de pessoas entrevistadas, durante a reunião do grupo gestor e em documentos do território. Assim como os desafios levantados anteriormente, estes também podem existir em outras experiências de desenvolvimento territorial e apontam para caminhos importantes a qualquer estratégia de desenvolvimento que articule diferentes atores locais, sociedade civil e poder público e que se proponha enquanto movimento contra-hegemônico. Entende-se, a partir desta pesquisa, que a melhora do diálogo entre grupos e atores sociais de territórios, pode possibilitar uma gestão social mais participativa, mais significativa, em um processo coletivo construtivo.

Criar espaços de discussão e construção de novos conhecimentos entre atores e grupos sociais envolvidos nos territórios pode possibilitar o entendimento e a reflexão crítica a respeito das políticas públicas e das concepções teóricas que buscam compreender o espaço rural como algo dinâmico, que vem sofrendo transformações importantes e sendo percebido e incluído dentro de novas estratégias de desenvolvimento, de organização e construção – contínua – do espaço. A partir dos resultados desta pesquisa, percebendo a existência de diferentes formas de participação e intervenção no território e buscando compreender as dificuldades que alguns grupos e pessoas encontram em participar dos espaços de decisão territorial de forma mais ativa e qualificada, nota-se que esse exercício de entendimento e reflexão crítica sobre políticas públicas e concepções teóricas é importante para todos os atores e grupos sociais do Território da Serra do Brigadeiro e, àqueles diretamente envolvidos no colegiado esta compreensão é fundamental para que se busque, cada vez mais, um equilíbrio das forças sociais, das relações sociais de poder, contribuindo para a criação de

novas relações sociais mais horizontais, para um envolvimento, que além de qualificado, seja significativo no contexto de vida e trabalho em que se estes atores se inserem. Nesse sentido, percebe-se que a existência de grande capital social e de um histórico e um presente de articulação em rede só têm a contribuir nesses desafios.

O fato de territórios rurais serem delimitados de acordo com os limites municipais dificulta um pouco a compreensão destes, para alguns atores e grupos sociais, como territórios de identidades, o que fica implícito nos conflitos de territorialidades. No entanto, é possível que existam outras territorialidades, alternativas às territorialidades já existentes, constituídas pelos atores locais durante os processos de gestão dos territórios, que levam em consideração mais aspectos culturais e de pertencimento a uma classe social específica, da agricultura familiar. Assim, estas ações podem se aproximar, um pouco mais, da construção de *territórios alternativos*.

Como disse uma pessoa entrevistada, “*A concepção moderna de desenvolvimento é ter a territorialidade construída pelas pessoas para que elas busquem uma identidade naquele território e então concebam um desenvolvimento e dêem sustentabilidade a ele*” (Depoimento de representante da EMATER no dia 30 de outubro de 2008). Esta pode ser a base para processos mais democráticos de gestão social e governança. No entanto, é preciso enfatizar que o reconhecimento de uma identidade e de um sentido de pertencimento cultural não deve levar à concepção dos territórios como espaços imutáveis, isolados e com fronteiras bem definidas. É preciso entendê-los como lugares de conexões, de redes, que articulam grupos e sujeitos locais e que criam um movimento contínuo entre as escalas locais, regionais e global. No decorrer na pesquisa, tendo em vista os grandes desafios de participação e de interação, foi possível perceber como é fundamental o fortalecimento das redes sociais, da comunicação e da

ação compartilhada entre diferentes atores, grupos sociais e suas territorialidades. Da mesma forma, visualiza-se como a experiência local pode ser enriquecida a partir da interlocução com outras experiências de desenvolvimento territorial, assim como a necessidade da compreensão, por parte dos atores e grupos locais, do contexto mais amplo em que se inserem essas ações localizadas ou, territorializadas.

Neste sentido, o local não é contrário ao global e nem uma reprodução deste em uma escala menor, como parecem mostrar as tendências gerais da globalização, mas combina processos globais, de certa forma, dominantes e homogeneizadores, e processos locais, de diferenciação, que reforçam especificidades e identidades culturais. Compreender esses espaços, dinâmicos e complexos, se constitui um desafio que demanda novos olhares e maneiras de intervenção a todos aqueles que buscam contribuir para formas de organização espacial mais democráticas, social e ambientalmente sustentáveis, para novos arranjos espaciais capitaneados *“por uma base democrática que permita o confronto de identidades, com o florescimento permanente de uma diversidade libertadora”* (HAESBAERT, 2002, p. 15).

## 7- Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. Para una teoría de los estudios territoriales. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario. **Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios**. Buenos Aires: Ciccus, 2006, pp. 51-70.

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSCHI FILHO, Luis Carlos. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 14/31, set./dez. 2004, pp. 35-70.

ABIENTE BRASIL CENTRO DE ESTUDOS. **Plano de Manejo do PESB**. 2006.

BARBOSA, Willer Araújo et al. Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e Entorno. In: Simpósio – Contribuições para a Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno, Viçosa, 10 a 14 de julho, 2000. **Anais...** Viçosa, 2000.

BARBOSA, Willer Araújo. **Cultura Puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. 234p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 1995.

BONFIM, Verônica Rocha. **Conflitos, participação e lições aprendidas no processo de criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), MG**. Tese (Doutorado em Ciência Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, 2006.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Bourdieu**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. (Textos para Discussão, 4). 2003.

\_\_\_\_\_ **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. (Documentos SDT, 01). 2005a.

\_\_\_\_\_ **Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais**. (Documentos Institucionais, 2). 2005b.

\_\_\_\_\_ **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. (Documento Institucional, 3). 2005c.

\_\_\_\_\_ **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Guia para o planejamento. (Documento de Apoio, 2). 2005d.

\_\_\_\_\_ **Referências para a Gestão social dos Territórios rurais**. Guia para a organização social. (Documento de apoio, 3). 2006a.

\_\_\_\_\_ **Referências para a Gestão social dos Territórios rurais**. Guia para o controle social. (Documentos de Apoio. 4). 2006b.

\_\_\_\_\_ **Regimento Interno do Território da Serra do Brigadeiro/MG**, 2006.

\_\_\_\_\_ **Sistemas de Informações Territoriais**. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&ac=carregar\\_mapa&abr=tr&territorio=78&tema=0&mapa\\_territorial=3](http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&ac=carregar_mapa&abr=tr&territorio=78&tema=0&mapa_territorial=3)> Acesso em: 01 set. 2008a.



\_\_\_\_\_ **Territórios da Cidadania.** Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Disponível em: <[http://www.cpact.embrapa.br/forum/11\\_06\\_07.pdf](http://www.cpact.embrapa.br/forum/11_06_07.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2008b.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial** (da República Federativa do Brasil), Brasília, 10 de jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)> Acesso em: 15 nov. 2008.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial** (da República Federativa do Brasil), Brasília, 24 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm) Acesso em 16 nov. 2008.

BRASIL/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA)/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT)/PLURAL CONSULTORIA, PESQUISAS E SERVIÇOS. **Plano Safra Territorial:** Serra do Brigadeiro. 2006a.

\_\_\_\_\_ **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável:** relatório de qualificação. 2006b.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 2). Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_ **A sociedade em rede.** (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 1). Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (CTA-ZM). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural sustentável (PTDRS) do Território da Serra do Brigadeiro**. Viçosa: 2004a

\_\_\_\_\_ **Sistematização e análise de dados secundários**. Viçosa: 2004b

COELHO, France Maria Gontijo. A arte das orientações técnicas de campo. Concepções e métodos. Viçosa: UFV, 2005.

COELHO, Vera Schattan et al. Fóruns participativos e desenvolvimento territorial no Vale do Ribeira (Brasil). Seminário Internacional: “Territorios Rurales em Movimiento – movimientos sociales, actores e instituciones del desarrollo territorial rural”. Santiago de Chile, 23 a 26 de Abril de 2006. **Anais...** Santiago de Chile, 2006.

CÔRTEZ, Soraya M. Vargas. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: LUBAMBO, Catia; COELHO, Denílson Bandeira; MELO, Marcus André (orgs). **Desenho Institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005, pp.13-31.

D’ARAÚJO, M. C. **Capital social**. (Coleção Ciências Sociais – Passo a Passo, 25) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DIAS, Marcelo Miná (org). **Glossário de termos utilizados em desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2006.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu, 2007.

FERNANDES, Maria Luiza Dias. FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **Territórios Rurais: Uma abordagem para o desenvolvimento...** Processos de Construção Social e Implantação do Território da Serra do Brigadeiro – Minas Gerais. Viçosa, 2006. Disponível em:

<<http://www.rimisp.org/seminariotrm/doc/MARIA-LUISA-DIEZ.pdf>> Acesso em: 15 set. 2008.

FLORES, Murilo. A construção social de territórios e a globalização. **Em Tese** – Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol.1, n. 1, , ago./dez. 2003, pp. 87-108.

FUKUYAMA, F. Capital Social. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. **A cultura importa**. Os valores que definem o progresso humano. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002, pp. 155-171.

FURTADO, R; FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA)** – uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável. Brasília: IICA, 2000.

GUIMARÃES, Roberto P. **Tierra de sombras**: desafíos de la sustentabilidad y del desarrollo territorial y local ante la globalización corporativa. (Medio Ambiente y Desarrollo, 67) Santiago do Chile: Naciones Unidas, 2003.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF, 2002.

HERRERA, Guillermo Castro. **Um desarrollo sostenible por lo humano que sea**. Documento elaborado a partir de uma apresentação no Simpósio Regional sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, realizado em Bogotá, Colômbia, de 2 a 4 de maio de 2002, com o auspício do Ministério do Meio Ambiente da Colômbia, do PNUMA, do PNUD, da CEPAL e do BM.

IRACAMBI. **Serra do Brigadeiro**. Disponível em: <[http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.iracambi.com/images/brigadeiro\\_canvas\\_4web.png&imgrefurl=http://www.iracambi.com/english/serra\\_do\\_brigadeiroEN.shtml&usg=\\_\\_6Y2F21kMGnjfletz3AQAPMqCa0I=&h=1102&w=752&sz=616&hl=ptBR&start=4&tbid=e6C78w41UeiejM:&tbnh=150&tbnw=102&prev=/images%3Fq%3](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.iracambi.com/images/brigadeiro_canvas_4web.png&imgrefurl=http://www.iracambi.com/english/serra_do_brigadeiroEN.shtml&usg=__6Y2F21kMGnjfletz3AQAPMqCa0I=&h=1102&w=752&sz=616&hl=ptBR&start=4&tbid=e6C78w41UeiejM:&tbnh=150&tbnw=102&prev=/images%3Fq%3)> Acesso em: 06 nov. 2008.

LEFF, Enrique. Tiempo de sustentabilidad. In: **Cielo Brazil**. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n6-7/20424.pdf>> Acesso em 03 mai. 2008.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios**: ensaio sobre ordenamento territorial. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007; pp.72-108.

NORTH, Douglass. **Structure and change in economic history**. N. York/London: W.W. Norton & Company, 1981.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press, 1990.

NORTH, Douglass. **Learning, institutions and economic performance**. Princeton University Press, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SEN, Amartya. **Repenser l'inegalité**. Paris: Seuil, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, Valdenido Pedro da. A densificação das redes no território e suas implicações. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.9, n.2, maio/ago. 2004, p.55-69.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp. 77-116.

VEIGA, José Eli da. Territórios para um desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol.58, n. 1, jan./mar. 2006, pp. 20-24.

ZAPATA, Tânia. Desenvolvimento territorial endógeno – conceitos, dimensões e estratégias. In: ZAPATA, Tânia; AMORIM, Mônica; ARNS, Paulo César. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007. 153p.

## **8- Anexos**

## Anexo 1

Fichas iniciais de Monitoramento e Avaliação – Investimento – Outubro de 2008							
Dados Gerais					Execução da Meta		
Município	Ano	Contrato	Meta	Valor da Meta	Situação	Gestora	Está em funcionamento
Ervália	2003	0157526-50	Construção do Bloco C-EFA	R\$ 86.559,39	Concluída	AEFAE	Sim
Ervália	2004	0170411-49	Aquisição de Eq. EFA	R\$ 103.000,00	Concluída	AEFAE	Sim
Ervália	2005	0177489-26	Construção do Bloco D-EFA	R\$ 85.000,00	Concluída	AEFAE	Sim
Ervália	2006	0198629-57	Construção do Bloco E-EFA	R\$ 82.400,00	Em andamento	AEFAE	Não
Ervália	2006	019862-57	Cons. Barracão Comercialização	R\$ 34.945,00	Concluída	STR	Não
Ervália	2007	0232873-55	Cons.Galpão Arm. Insumos	R\$ 113.180,34	Paralisada	STR	Não
Ervália	2007	0232873-55	Aquisição de Eq. Galpão	R\$ 42.000,00	Paralisada	STR	Não
Araponga	2004	0170404-57	Aq. Equip. Intercâmbio*	R\$ 27.717,17	Concluída	EPAMIG	Sim
Araponga	2004	0170404-57	Aq. Equip. e Veículo CIAT	R\$ 50.505,05	Concluída	ARTR	Sim
Araponga	2004	0170404-57	Aq. Maq. Móvel de benefic. Café	R\$ 161.600,00	Em andamento	AFA	Não
Araponga	2004	0170404-57	Const. Casa da Cultura	R\$ 131.300,00	Concluída	CEPEC	Sim
Araponga	2004	0170404-57	Const. Coop. Crédito**	R\$ 25.250,00	Concluída	Ecosol	Não
Araponga	2004	0170404-57	Aq. Equip. e Veículo EFA	R\$ 75.750,00	Concluída	EFA Puris	Sim
Araponga	2004	0170404-57	Const. EFA Puris**	R\$ 101.000,00	Em andamento	EFA Puris	Não
Araponga	2005	0177487-08	Aq. Equip. (ECOSOL, CC,Plano de Comunicação)	R\$ 59.180,00	Concluída	Ecosol e CEPEC	Sim
Araponga	2005	0177487-08	Finalização da EFA	R\$ 113.403,00	Em andamento	EFA Puris	Não
Araponga	2006	0209944-20	Aq. Veículo 4X4	R\$ 82.320,00	Concluída	CEPEC	Sim
Araponga	2006	0198628-42	Aq. Veículo Transp. de AF	R\$ 37.800,00	Concluída	ARTR	Sim
Araponga	2006	0198628-42	Aq. Equip. Casa da Cultura	R\$ 17.624,40	Concluída	CEPEC	Sim
Araponga	2007	0232877-92	Aq. Veículo***	R\$ 25.897,00	Em andamento	CTA	Não
Araponga	2007	0232877-92	Aq. Equipamentos***	R\$ 15.341,00	Concluída	CTA	Não
R. Limeira	2005	177471-28	Const. Centro Turismo, Cult. E MA	R\$ 103.093,00	Concluída	CAAF	Não
R. Limeira	2005	177471-28	Aq. Equip. p/ o Centro e p/ Org.	R\$ 32.890,00	Em andamento	CAAF/ CEIFAR	Sim
R. Limeira	2006	198625-10	Const. Centro Class. e Prova de Café	R\$ 14.000,00	Em andamento	CAAF	Não
R. Limeira	2006	198625-10	Aquisição de Veículo Coletivo	R\$ 42.269,00	Concluída	CEIFAR	Sim
R. Limeira	2006	198625-10	Aq. De Equip. p/ o Centro	R\$ 21.000,00	Em andamento	CAAF	Não
R. Limeira	2006	198625-10	Aq. Trator e Implementos	R\$ 121.000,00	Concluída	CAAF	Sim
R. Limeira	2006	198625-10	Impl. Viveiro de Mudas	R\$ 19.125,00	Em andamento	CAAF	Não
R. Limeira	2007	232872-40	Const. Centro de Comercialização	R\$ 69.460,00	Paralisada	CAAF	Não
R. Limeira	2007	232872-40	Aq. de Veículo p/ Centro	R\$ 35.540,00	Paralisada	CAAF	Não
R. Limeira	2007	244312-11	Aq. De Equip. p/ o Centro	R\$ 82.200,00	Em andamento	CAAF	Não
Muriae	2005	0177490-55	Const. Centro Multiuso	R\$ 157.760,99	Concluída	Ass. Pedra Alta	Sim
Muriae	2007	0232876-88	Aq. De Mobiliários e Utensílios p/ Centro	R\$ 21.062,80	Em andamento	Ass. Pedra Alta	Sim

Dados Gerais					Execução da Meta		
Muriaé	2007	0232876-88	Aq. De Equip. p/ o Centro	R\$ 28.937,20	Em andamento	Ass. Pedra Alta	Sim
Fervedouro	2007	232871-36	Construção do CENAI	R\$ 78.585,70	Em andamento	Ass. dos AF. De Fervedouro	Não
Fervedouro	2007	232871-36	Aq. De Equip. p/ o CENAI	R\$ 28.840,33	Em andamento	Ass. dos AF. De Fervedouro	Não
P. Bonita	2007	0234338-02	Edificação de Galpão p/ Comercialização	R\$ 40.000,00	Em andamento	Ass. Dos AF. De P. Bonita	Não
P. Bonita	2007	0234338-02	Aq. de equipamentos	R\$ 3.000,00	Em andamento	Ass. Dos AF. De P. Bonita	Não
P. Bonita	2007	0234338-02	Aq. De Veículo	R\$ 43.000,00	Em andamento	Ass. Dos AF. De P. Bonita	Não
Miradouro	2004	0171274-00	Const. Centro de Cultura	R\$ 206.610,64	Concluída	Ass. Peq. Prod. Rurais	Sim
Miradouro	2005	0177472-32	Const. do Centro de Class. e Prova de Café	R\$ 14.846,00	Concluída	Ass. Peq. Prod. Rurais	Sim
Miradouro	2005	0177472-32	Aq. De Equip. p/ Centro C. e P. Café	R\$ 36.702,00	Concluída	Ass. Peq. Prod. Rurais	Sim
Miradouro	2006	0198626-24	Const. Mercado do Produtor Rural	R\$ 64.099,72	Concluída	Ass. Peq. Prod. Rurais	Sim
Miradouro	2006	0198626-24	Aq. De Equip. p/ CREDITAG	R\$ 32.126,40	Concluída	CREDITAG/STR	Sim
Miradouro	2007	0232870-22	Aq. De Equip. p/ o Centro de Cultura	R\$ 84.000,00	Em andamento	Ass. Peq. Prod. Rurais	Não
Miradouro	2007	0232870-22	Aq. De Equip. p/ Mercado do Prod. Rural	R\$ 24.750,00	Em andamento	Ass. Peq. Prod. Rurais	Não
Divino	2003	0157525-45	Aq. De Equipamentos p/ Coop. de Crédito	R\$ 18.180,00	Paralisada	CMDRS	Não
Divino	2003	0157525-45	Const. do Barração p/ Comercialização	R\$ 60.000,00	Em andamento	CMDRS	
Divino	2004	0170410-35	Ampliação de Galpão p/ armazenamento de café	R\$ 40.000,00	Concluída	CMDRS	Não
Divino	2004	0170410-35	Aq. De Equip. p/ Class. E Arm. De café	R\$ 60.000,00	Em andamento	CMDRS	Não
Divino	2004	0170410-35	Aq. De equip. e veículos	R\$ 50.000,00	Em andamento	CMDRS	Sim
Divino	2005	0177488-12	Adeq. Do galpão p/ class. E armaz. De café	R\$ 50.000,00	Em andamento	CMDRS	Não
Divino	2005	0186910-22	Aq. De Equip. p/ comercialização	R\$ 74.124,00	Em andamento	CMDRS	Não
Divino	2006	0198627-38	Const. Casa do Artesão (a)	R\$ 41.500,00	Em andamento	CMDRS	Não
				R\$ 3.270.475,13			



## Anexo 2

Fichas iniciais de Monitoramento e Avaliação – Custeio – Outubro de 2008							
Dados Gerais							
Executor	Ano	Contrato	Meta	Valor da Meta	Situação	Municípios Envolvidos	Finalizados
CTA	2003	0157522-12	Elaboração do PTDRS	R\$ 36.700,00	Concluída	Todos(9)	Sim
CTA	2004	0186801-07	Eventos de Mobilização de Atores Sociais	R\$ 23.328,00	Concluída	Todos(9)	0
CTA	2004	0186801-07	Produção de Relatórios de Gestão do PTDRS	R\$ 30.000,00	Concluída	Todos(9)	0
CTA	2005	0186801-07	Eventos de Mobilização de Atores Sociais	R\$ 30.700,00	Concluída	Todos(9)	0
CTA	2005	0186801-07	Produção de Relatórios de Gestão do PTDRS	R\$ 30.000,00	Concluída	Todos(9)	Sim
CEIFAR	2004	0170407-80	Mobilização de Atores Sociais	R\$ 42.900,00	Concluída	Todos(9)	Sim
CEIFAR	2004	0170407-80	Capacitação em Coop. e Associativismo	R\$ 33.000,00	Concluída	Todos(9)	Sim
CEIFAR	2007	0232875-74	Mobilização de Atores Sociais	R\$ 41.240,00	Em andamento	Atingidos pela Mineração(5)	–
CEPEC	2004	0170408-94	Elaboração do Inventário da Cultura Popular e do Calendário Festivo	R\$ 30.250,00	Concluída	Todos(9)	Sim
EPAMIG	2003	0157533-41	Eventos de Monitoramento e Avaliação	R\$ 16.800,00	Concluída	Todos(9)	Sim
EPAMIG	2004	070414-72	Capacitação dos AF: Agroind. Familiar, Artesanato e sementes	R\$ 36.177,78	Concluída	Todos(9)	Sim
EPAMIG	2004	070414-72	Apoio a Gestão Territorial	R\$ 55.555,56	Concluída	Todos(9)	Sim
Total				R\$ 406.651,34			